

CAMINHO

Tese para o IV Congresso da ASSUFRGS Sindicato

Porto Alegre, fevereiro de 2025 - 35 anos de trajetória sindical da ASSUFRGS

Abrindo a Conversa

Primeiro, é bom estarmos realizando um Congresso Sindical, é sinal que daqui sairão lutas em defesa da Classe Trabalhadora. Para nós, Sindicato de Trabalhadoras e em Instituições Públicas de Ensino, parece que é mais forte ainda esse sinal, porque além de defender nossas Relações de Trabalho, nossa pauta de lutas sempre traz forte a defesa do Serviço Público, dos fazeres das funções públicas e da defesa intransigente do Ensino Público em todos os níveis, para alavancar a autodeterminação de nosso povo.

Da ASSUFRGS Sindicato, sempre tive muito orgulho de viver as lutas, os desafios, de contar as histórias de lutas de grandes lutas e de lutadoras e lutadores que já estiveram conosco nas linhas de frente, nas últimas décadas. Mais ainda, sabendo que no IV CONASSUFRGS vamos dialogar e construir coletivamente direção política para esse grande Sindicato, dá muita energia, realimenta nossos sonhos por uma sociedade justa, sem desigualdades, que tem por direção a vida.

Nesse ano vivemos o 35º aniversário de vida sindical da ASSUFRGS, quando foi fundada a ASSUFRGS Seção Sindical do SINTESTRS, em dezembro de 1990. Lembrar daqueles momentos quase eufóricos deslumbrando o futuro sindical, dá emoção, mesmo. Se antes disso éramos uma Associação de Luta, inclusive vivendo perseguições e agressões, nos tornamos muito rápido um Sindicato reconhecido nacionalmente como de luta, referência de intensa disposição de enfrentamento. No início, foram anos muito duros, na primeira década de existência. Foram muitas realidades difíceis de enfrentar na base da ASSUFRGS na primeira metade da década de 90. Essa década também foi marcada nacionalmente pelas políticas liberais de Collor para o Estado, verdadeiras mazelas políticas, querendo ainda enquadrar em disciplina as Servidoras; nesse período, as Universidades foram perseguidas novamente após o golpe de 1964, não havia verba disponível para as Universidades, houve a desregulamentação das Relações de Trabalho, extinção de cargos e muitas Servidoras da UFRGS recebiam complemento de Salário Mínimo; as Greves eram duras com FHC. Nesse ambiente, nosso alinhamento com a FASUBRA foi cada vez mais se fortalecendo na unidade nacional. A partir dos anos 2000, vieram os espaços superestruturais dos sindicatos e desafios, como as reformas da Universidade, da Previdência e nas Relações de Trabalho.

O que temos hoje é a ASSUFRGS Sindicato instalado política e administrativamente que precisa reafirmar posições e avançar na Democracia e nas Lutas, assumindo cada vez mais o papel de representação de Servidoras e Trabalhadoras Celetistas na UFRGS, UFCSPA e IFRS, disputando as demandas corporativas da sua base e a defesa das Instituições de Ensino Públicas e de projetos de interesse da Classe Trabalhadora.

Essa Tese propõe, de forma muito objetiva, concepções organizativas de Luta para o Sindicato e Trabalhadoras da base sindical da ASSUFRGS, armando essas Lutas a partir de uma estratégia de Democracia Direta, para a construção da Ação Direta, reestruturando o Sindicato para atender as demandas da conjuntura, apontadas no Plano de Lutas.

Em alinhamento às Lutas das Mulheres, a concordância de gênero impressa na Tese será a feminina.

Vivemos um cenário em que se enfrentam políticas de desenvolvimento humano, muitas determinadas pelas forças do imperialismo e do latifúndio, onde a Classe Trabalhadora fica alijada das suas necessidades e muitas vezes sem poder para intervir nas estruturas de decisão do Estado.

O que vivemos hoje é a administração do Estado por uma esquerda liberal, sem o desejo de mudar, de romper com o Sistema, sem o sonho, sem escrachar nossa vontade de transgredir a ordem, enfrentar a direita e fazer a Revolução Operária acontecer.

O que precisamos hoje é reavivar nossas lutas, construir sonhos, oferecer alternativas, fortalecer nossas ideias, intervir e propor direções.

O que precisamos hoje é dizer, afirmar, que nosso povo, que a Classe Trabalhadora pode ser feliz, pode sim construir o futuro digno de todas e ultrapassar as mazelas do sistema capitalista.

Sobre o nome da Tese, Caminho, é uma homenagem ao Camarada Manoel Alves Ribeiro, o Mimo, Comunista, cujo livro é uma verdadeira lição de vida e de militância operária.

Rui Muniz

Servidor Aposentado da UFRGS, Fundador do SINTESTRS e da ASSUFRGS Seção Sindical, Ex-Coordenador do SINTEST/RS, Ex-Coordenador da ASSUFRGS Seção Sindical, Fundador da ASSUFRGS Sindicato, Ex-Coordenador da ASSUFRGS Sindicato e Ex-Delegado Sindical e Coordenador do Conselho de Delegados Sindicais da ASSUFRGS

Temas Abordados na Tese

I - Pensar a Palestina após o Massacre em Gaza

II - Nossas Lutas Hoje: Conjuntura Nacional

III - Pauta Sindical e Política para a ASSUFRGS Sindicato

IV - A Coerente e Necessária Proporcionalidade na ASSUFRGS Sindicato

V - Sindicalização de Terceirizadas e Celetistas na UFRGS, UFCSPA e IFRS pela ASSUFRGS Sindicato

VI - Relação de Trabalho

VII - Política de Saúde e Segurança: Uma Exigência Urgente

VIII - Beirando o abismo climático-socioambiental

IX - Disputando Políticas de Vida na UFRGS, UFCSPA e IFRS

X - Alterações Estatutárias

I - PENSAR A PALESTINA APÓS O MASSACRE EM GAZA¹

O povo palestino resiste há um século à sua desumanização, desenraizamento e expropriação. Rejeita a implantação do colonialismo em suas terras e repete, também há cem anos, que jamais teve problema com o povo judeu, com quem conviveu em paz ao longo dos tempos. Arlene Clemesha

O mundo assiste, em 2023-24, a um dos maiores assaltos militares já perpetrados sobre uma população civil indefesa e desarmada. Sob o argumento de aniquilar o Hamas, as Forças Armadas de Israel almejam diretamente as instalações e a população civil da pequena faixa costeira. Cercado, isolado e de fato preso na Faixa de Gaza, o povo palestino foi submetido a um bombardeio de proporções gigantescas, somado a uma longa e cada vez mais intensa política de restrição de água potável, mantimentos, medicamentos e demais itens indispensáveis à vida. Todas as situações que estão hoje sob o escrutínio das agências de direitos humanos e cortes internacionais – desde o massacre indiscriminado, os ataques a pessoas em busca de alimento e o bombardeio proposital de residências até as torturas, as valas comuns e as próprias declarações de intenções genocidas por parte das lideranças israelenses, para não mencionar os grotescos vídeos, postados no TikTok e demais mídias sociais, de soldados e civis israelenses zombando das palestinas enquanto grassam o genocídio, fazendo chacota de sua fome, da destruição de seus lares, de suas vestimentas encontradas entre os escombros, enfim – evidenciam e refletem um longo processo de desumanização do povo palestino e nos obrigam a não apenas contextualizar, mas revisitar o significado da Nakba² na história palestina para compreender como chegamos até aqui.

O povo palestino resiste há um século à sua desumanização, desenraizamento e expropriação. Rejeita a implantação do colonialismo em suas terras e repete, também há cem anos, que jamais teve problema com o povo judeu, com quem conviveu em paz ao longo dos tempos – diferentemente da Europa, cuja história de perseguição aos judeus culminou no Holocausto. Aliás, foi entre outras coisas como forma de expiar a culpa europeia pelo crime contra a humanidade representado pela morte de 6 milhões de judeus nos campos de concentração e extermínio nazistas, que a Europa forneceu apoio decisivo à criação do Estado de Israel. Depois de consumado o genocídio judeu, em 1947, a Palestina foi cindida por determinação da ONU – sem consultar nem dar voz às palestinas – e transformada no palco de uma nova limpeza étnica e massacre colonial.

¹ Com base no texto Pensar a Palestina após Gaza: uma breve historiografia da Nakba, de Arlene Clemesha, publicado por Blog Boi Tempo em 04/10/2024

² Nakba é um termo árabe que significa “Catástrofe” ou “Desastre”. O dia 14 de Maio de 1948, criação do Estado de Israel marca, ao mesmo tempo, o começo de um novo projeto colonial na Palestina. No decorrer daquele conflito, cerca de 700 mil palestinos foram expulsos de suas terras e de 400 a 500 vilas palestinas foram destruídas. Esse êxodo forçado ficou conhecido como Nakba, lembrada anualmente em 15 de maio. A Nakba aponta ainda para o problema de que muitas refugiadas palestinas no exterior permanecem apátridas até hoje.

Para Ilan Pappé, o “aspecto mais imoral” da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU é que ela não previa qualquer mecanismo para impedir a limpeza étnica da Palestina. O movimento sionista já declarava abertamente, nos anos 1930, o seu desejo de desarabizar a Palestina; e o primeiro plano de partilha, o Plano Peel, lançado pela Grã-Bretanha em 1937, previa a “transferência populacional” e foi recebido com revolta pelas palestinas, muito próximo ao proposto por Trump hoje. Com efeito, é muito improvável que os países que votaram a favor do Plano de Partilha em 29 de novembro de 1947 não soubessem que ele provocaria grandes movimentações populacionais. Pode-se dizer, como faz Pappé, que esses países “contribuíram diretamente para o crime que estava prestes a ocorrer”.

Os ataques a vilarejos e centros urbanos começaram na forma das assim denominadas “operações retaliatórias”, lançadas pelas milícias Haganá, Irgun e Lehi (a última mais conhecida como Bando Stern) logo no início de dezembro de 1947, na sequência aos atos de “vandalismo” de palestinas contra ônibus e mercados nos protestos contra a partilha de seu território. Não obstante esporádicos, os primeiros ataques, ocorridos entre dezembro de 1947 e início de março de 1948, levaram ao êxodo de quase 75 mil palestinas. Entre as primeiras operações esteve a lançada pela Irgun contra o vilarejo de Khisas, ao norte do lago Hula, em 18 de dezembro de 1947, atacado no meio da noite com dinamite e explosivos. A Irgun matou quinze aldeões e expulsou o restante para além da fronteira mais próxima, com a Síria.

Mas o marco inicial da limpeza étnica da Palestina, para Ilan Pappé, ficou a cargo da ação da Haganá em Wadi Rushmiyya, bairro árabe de Haifa, também em dezembro de 1947. Haifa era uma cidade mista com 75 mil habitantes árabes e igual número de judeus. Na manhã seguinte à partilha, a população árabe da cidade foi submetida a uma campanha de terror promovida pela Irgun e pela Haganá. Os ataques empregaram bombas e barris de pólvora e explodiram as casas para que a população não tivesse para onde retornar. Foram vários episódios que levaram a população palestina a abandonar a cidade até que, em abril de 1948, sobrassem apenas 4 mil palestinas em Haifa. A cidade viu também o estabelecimento do primeiro gueto palestino em Israel.

Pappé destaca que tanto a versão das historiadoras israelenses tradicionais quanto a do revisionista Benny Morris estão muito longe da verdade ao retratar o caso de Haifa como um exemplo de boa vontade sionista para com a população palestina local. Na análise dele, em fevereiro de 1948, já se constatava uma transição das “operações de retaliação” para operações de expulsão coercitiva. Além de muitos vilarejos terem sido esvaziados, às vezes vários por dia (Pappé cita uma ação que esvaziou cinco no mesmo dia), também o foram bairros inteiros das porções árabes de Jerusalém, Jaffa e a já mencionada Haifa, nos três primeiros meses de 1948, antes do início da guerra árabe-israelense propriamente dita, em 15 de maio.

Com efeito, a implementação do Plano Dalet (o plano de guerra sionista) em 10 de março de 1948 representou um divisor de águas. Pappé demonstra que foi com base no mapeamento secreto da Palestina, empreendido pelo Fundo Nacional Judeu, e na formação dos “arquivos dos vilarejos”, que o Plano Dalet traçou as regiões que o movimento sionista deveria conquistar para além das fronteiras designadas pelo plano de partilha da ONU. Designou também o destino de 1 milhão de habitantes palestinas desses territórios e os métodos a serem empregados para expulsá-las – segundo Pappé: cercar e bombardear vilarejos e núcleos populacionais; atear fogo às casas, propriedades

e bens; expulsar as moradoras; demolir as casas; e, finalmente, plantar minas nos destroços para impedir o retorno das moradoras expulsas. Cada unidade paramilitar recebeu uma relação específica de vilarejos e bairros que seriam seu alvo.

O Plano Dalet foi a quarta e última versão de planos anteriores que tinham descrito apenas vagamente como a liderança sionista pretendia lidar com a presença de tantas palestinas na terra que o movimento nacional judeu reivindicava. Nas palavras de Pappé, “o quarto e último traçado dizia clara e inconfundivelmente: as palestinas têm de sair”. O historiador conclui ainda que, não obstante a muito citada ausência de uma ordem explícita de Ben-Gurion para a realização da limpeza étnica da Palestina – um dos argumentos empregados por Benny Morris para eliminar a hipótese da intencionalidade por traz da expulsão –, documentos dos arquivos das Forças de Defesa de Israel “mostram claramente que, ao contrário das afirmações de historiadores como Benny Morris, o Plano Dalet foi entregue aos comandantes de brigada não como uma diretriz vaga, mas como um conjunto de ordens operacionais de ação, claras e diretas”.

Para o historiador palestino Walid Khalidi, o objetivo do plano foi tanto quebrar a resistência palestina, como criar um fato consumado que nem a ONU, nem os Estados Unidos, nem os países árabes conseguiriam reverter. Isso explica, segundo ele, a velocidade e a virulência dos ataques aos centros populacionais árabes. Passou a ser crucial, aos olhos de Ben-Gurion, acelerar a operação desde que os Estados Unidos sinalizaram que poderiam retirar seu apoio ao plano de partilha. Em fevereiro de 1948, dada a violência do conflito e a ideia de que o *yishuv* talvez não fosse capaz de instaurar e defender um Estado judeu, o Departamento de Estado estadunidense reconsiderou o seu apoio à partilha e, em 12 de março, apresentou uma nova proposta para a ONU, sugerindo a instauração de uma tutela internacional de cinco anos sobre a Palestina, para que ambas as partes chegassem a uma nova fórmula que suplantasse a desastrosa partilha. Os membros da ONU, reunidos na antiga sede de Flushing Meadows, Nova York, gostaram da ideia, mas, se ela não avançou, foi em boa medida devido a pressões do *lobby* sionista sobre o presidente Harry Truman. Como bem lembra Adel Manna: “Nesse momento crítico, a União Soviética optou por declarar seu firme apoio a favor da resolução de partilha e estabelecimento imediato de um Estado judeu. Ela ofereceu não apenas apoio político para o lado sionista, mas garantiu o fornecimento de armas pela Tchecoslováquia”.

À medida que o plano militar era executado, dezenas de milhares de palestinas eram forçadas a marchar, levando apenas a roupa do corpo, formando rios de refugiadas que inundavam os países árabes fronteiriços na esperança de em breve retornar. Manna argumenta, inclusive, que a população palestina da Galileia era ciente de sua completa falta de preparo e condições para se defender do ataque das milícias sionistas. Ele conta que o termo que se passou a empregar para dizer que um vilarejo tinha sido atacado e derrotado era que o vilarejo “caiu”. As palestinas da Galileia rejeitavam a ideia de que tivessem lutado uma guerra para a qual sequer estavam preparados; diziam que a aldeia ou o país “caiu” feito fruta madura do pé. O romance de Elias Khoury *Porta do Sol* é centrado na Galileia e retrata esse sentimento quando Yunis, de seu leito no hospital, diz que “por Deus, não foi uma guerra, foi como um sonho”: “Filho, não acredite que os judeus venceram a guerra de 48. Nós não lutamos em 48, nós não sabíamos. Eles venceram porque nós não lutamos. Eles também não lutaram: simplesmente venceram, foi como um sonho”.

Israel foi criada em 78% do território da Palestina histórica, e não nos 52% designados pela ONU. Nele permaneceram apenas cerca de 150 mil palestinas. A Faixa de Gaza recebeu 200 mil refugiadas, cujos descendentes representam 70% da população atual. Outros 550 mil palestinas fugiram principalmente para a Cisjordânia, Jordânia, Síria e Líbano. O importante autor e defensor do direito de retorno Salman Abu Sitta foi expulso de Bersebá aos dez anos de idade, junto com sua família. Refugiou-se em Gaza e depois migrou para Londres, onde se formou engenheiro civil. Abu Sitta mapeou os 530 vilarejos palestinos esvaziados, destruídos e eliminados pelas invasões das milícias sionistas e do Exército de Israel, de finais de 1947 até os armistícios de 1949, e demonstrou que é falsa a ideia de que não há espaço para o retorno das refugiadas palestinas às suas terras e cidades de origem.

O percurso dos estudos historiográficos e recentes pesquisas em acervos militares e civis israelenses na década de 1980 enterraram as velhas narrativas sionistas relativas a um suposto “êxodo voluntário” das palestinas. Na virada do século XXI, novas descobertas documentais do período do Mandato Britânico colocaram em xeque inclusive a versão de que a expulsão (agora amplamente aceita como fato histórico) das palestinas existiu, mas teria sido consequência da guerra – ou que ela teria sido um objetivo sistematicamente perseguido durante a guerra e no contexto dela. A nova interpretação dizia que a guerra teve início no dia seguinte à aprovação da partilha da Palestina pela ONU, para pôr em prática um plano que previa a desocupação para a criação de um Estado étnico e majoritariamente judeu. Ou seja, o paradigma da guerra (como sendo a causa da expulsão das palestinas) foi substituído pelo da limpeza étnica. Com ele, passou-se a entender que a guerra de 1948 foi empreendida para executar a limpeza étnica da Palestina, e que o Plano Dalet era efetivamente um plano para realizá-la. O plano foi colocado em ação em 10 de março, dois meses antes do início da primeira guerra árabe-israelense, em 1948.

Mais recentemente, os estudos da área passaram a empregar o termo “Nakba contínua” para referir-se ao fato de que o processo de expulsão, que teve seu auge em 1948, continua até os dias de hoje. A limpeza étnica do Neguev foi realizada principalmente de 1948 a 1952. Em 1967, outras 350 mil palestinas foram deslocadas da Cisjordânia. Fora dos períodos de guerra, o deslocamento forçado ocorre por outros meios: leis e dispositivos discriminatórios, invasão e roubo de casas palestinas por colônias radicais e ordenações da “administração civil” israelense que controla a Cisjordânia (de fato um governo militar), relativas às autorizações de utilização de terras. Há cerca de duas décadas, as beduínas do vale do Jordão são atacadas e reiteradamente expulsas de suas terras. A “questão beduína” representa um dos recentes pontos focais da política de limpeza étnica e expansão territorial israelense na Cisjordânia.

A partir dos anos 2000, da falência dos Acordos de Oslo e da Segunda Intifada, vimos crescer, no campo da ascendente direita e extrema direita sionista, a tendência a se admitir com impressionante facilidade que a Nakba foi intencional, mas que lamentavelmente ela foi incompleta em 1948. Passou-se a vislumbrar a possibilidade de que novas levadas massivas de palestinas fossem expulsas da Cisjordânia, de Jerusalém, ou de Israel propriamente dita. Ou seja, foi criada uma elaboração discursiva a favor da continuidade da limpeza étnica da Palestina. Pode-se dizer, como faz Elias Khoury, que essa seria uma “nova história sionista israelense”. Nela, “as atrocidades de 1948 são lidas

numa chave teológica que justifica a limpeza étnica como uma necessidade para evitar um novo holocausto”.

O mesmo arcabouço argumentativo – de instrumentalização do antissemitismo e da memória do Holocausto – é empregado hoje para justificar o pior momento do longo processo de eliminação do povo palestino de suas terras. As assertivas de que seria necessário “eliminar o Hamas para prevenir um novo Holocausto” foram empregadas, inclusive, para justificar que o governo israelense fizesse pouco caso dos reféns, em prol do alegado objetivo de defesa. Em última instância, a instrumentalização da memória do Holocausto para justificar o que se reconhece como um novo genocídio corre o sério risco, segundo Enzo Traverso, de prejudicar essa memória.

Não devemos em absoluto ignorar que o antissemitismo jamais deixou de existir. Ele continua presente na retórica de certos grupos neonazistas e neofascistas, com consequências nefastas e violentas, ou mesmo em expressões populares. Mas os grandes partidos da extrema direita europeia, como o Rassemblement National de Marine Le Pen, entre outros, adequaram a velha retórica antissemita, substituindo-a por um racismo contra muçulmanos e árabes combinado com um apoio total ao Estado de Israel. Proliferaram teorias conspiratórias sobre uma suposta tomada da Europa e a subversão da sua cultura por imigrantes árabes e muçulmanos. Mas isso não significa a substituição pura e simples do antissemitismo pela islamofobia. As duas vertentes de pensamento racista coexistem na Europa, principalmente desde as décadas de descolonização.

Tampouco devemos ignorar que a indignação de pessoas comuns ao redor do mundo contra o chocante morticínio da população palestina corre o risco de transbordar em expressões de preconceito e raiva contra judeus, na medida, principalmente, em que o Estado de Israel se arroga a posição de representante mundial dos judeus. Essa posição foi rejeitada por mais de 17% dos judeus estadunidenses, que em 2019-20 já diziam que o Estado de Israel não era importante para a sua identidade judaica. Outros 37% declararam que era importante, mas “não essencial”. Desde outubro de 2023, cresce esse distanciamento. Ao mesmo tempo, reconhecer a permanência nociva do antissemitismo não significa aceitar a retórica do “novo antissemitismo” defendida pela International Holocaust Remembrance Alliance, que classifica toda crítica ao Estado de Israel, seu governo e suas políticas, como uma nova forma de antissemitismo.

Feitas as necessárias considerações, o fato é que falar sobre uma suposta “volta do antissemitismo” tornou-se a melhor maneira de não falar sobre o genocídio palestino. A questão em foco não é o antissemitismo, que deve ser reconhecido e combatido, mas aquilo que o discurso do antissemitismo tenta ocultar e até mesmo justificar. Fazendo coro ao alerta de Traverso, “se uma guerra genocida é lançada em nome da ‘luta contra o antissemitismo’, são os nossos valores éticos e normas políticas que saem manchados: os pressupostos da nossa consciência moral – a distinção entre a e oprimida, perpetradoras e vítimas – correm o risco de serem virados de ponta-cabeça”.

Após Gaza, o significado da Nakba na história palestina ganhou uma nova conotação. Saem fortalecidas as pesquisas de Ilan Pappé, bem como de Nur Masalha, que demonstram a preparação da limpeza étnica de 1948, chegando à conclusão de que a da guerra de 1947-49 foi o meio encontrado para realizá-la. Da mesma forma, a visão de Elias Khoury, que enxergou e articulou o caráter contínuo da Nakba. Mais que isso,

Gaza instaura o paradigma do genocídio na história da Palestina, que ultrapassa aquele da limpeza ética. Gaza, assim, não é a culminação nem o fim de um processo, e muito menos a exceção a ele. Desde os escritos de Tareq Baconi nos anos 2010, entendemos que Gaza aponta a direção da história palestina.

Não será fácil voltar a pensar em soluções em prol da convivência pacífica na região a partir do genocídio que hoje se vive na Faixa de Gaza e que deixará sua marca irreparável por gerações. É necessário olhar primeiro para o passado, para entender, honestamente, como chegamos até aqui, para onde aponta o curso da história e qual o tamanho do desafio pela frente. A grande diferença entre a resistência argelina que livrou seu país de mais de cem anos de colonialismo francês e a resistência palestina (hoje liderada pelo Hamas, gostemos ou não) é que o israelense não tem para onde regressar. Isso nos obriga a pensar e apelar por soluções conjuntas e em prol da convivência. Mas elas só poderão surtir efeito onde houver um reconhecimento profundo do sentido da Nakba e das injustiças historicamente perpetradas contra as palestinas.

Em estatísticas publicadas pelo Gabinete de Imprensa do Governo em Gaza³, dia 02 de fevereiro de 2025, foi confirmado que o "exército" de ocupação cometeu 9.268 massacres contra famílias palestinas desde o início da guerra de extermínio, "causando danos a mais de 150.000 unidades habitacionais". Também indicou que "mais de 61.000 pessoas foram mortas na guerra de extermínio israelense na Faixa de Gaza, e isso causou o deslocamento de mais de dois milhões de palestinas de suas casas". Também acrescentou que a ocupação matou 1.155 profissionais de saúde, 205 jornalistas e 194 agentes da defesa civil, além de deixar 34 hospitais fora de serviços na Faixa de Gaza.

Estaremos sempre juntas na Resistência e Luta do Povo Palestino

II - NOSSAS LUTAS HOJE: CONJUNTURA NACIONAL

O sistema é insustentável, mas o mercado está conseguindo o que quer, porque além de receber os juros mais elevados do mundo, a chamada dívida (que cresce por conta dos próprios juros elevados e mecanismos ilegais e ilegítimos) tem sido usada como uma desculpa perfeita para a aprovação de mais cortes de gastos e investimentos sociais, privatizações, contrarreformas, etc. impedindo o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Maria Lúcia Fattorelli

2.1 O Governo e os Problemas estruturais

As experiências passadas desde o primeiro mandato de Lula até Dilma, não serviram como aprendizado aos governos da Frente Popular, cada vez mais liberal.

³ Relato feito no Grupo Frente Gaúcha de Solidariedade ao Povo Palestino, 02/fevereiro/2025, com informações do Site da Almayadeen, Canal de Satélite Pan-árabe Independente

Os problemas estruturais a sociedade brasileira vêm da natureza da crise capitalista, na grande desigualdade social. Formalmente, no Brasil, são 59 milhões de trabalhadoras caracterizadas como pobres, com necessidades materiais, 70 milhões de trabalhadoras na informalidade, sem Relação de Trabalho formal (pelas Centrais Sindicais, esses números chegam a 2/3 de todas as trabalhadoras), nem previdência; são 10.9 milhões de jovens, entre 16 e 24 anos, que não trabalham e não estudam (maior que a população do Uruguai e do Chile).

Com relação à Saúde e Segurança no Trabalho, em 2023 foram 2.888 mortes no ano, morreram aproximadamente 8 trabalhadoras em Acidente no Trabalho por dia, 1 a cada 3 horas, mas a de se considerar que são notificados acidentes com trabalhadoras que têm Carteira Assinada e que se estima que 5 são terceirizadas; foram 465 mil Comunicações de Acidentes (CAT), 1.273 acidentes comunicados por dia, 1 CAT a cada 50 segundos.

A Reforma Agrária, não avançou no governo de Lula, não há Política Agrária no país, apenas incentivos fiscais e empréstimos em larga escala para subtração do subsolo, latifundiárias, exportadoras e produtoras de insumos, defensivos e agrotóxicos no país.

As privatizações acontecem mais intensas, apontando principalmente para a privatização da Previdência e da Saúde Públicas, onde o governo considera gastos como despesa e não como investimento, levando com isso à grande possibilidade de uma nova Reforma da Previdência, ampliando ainda mais o que o primeiro governo de Lula fez em 2003.

Na economia, Lula se vangloria que o Banco Central nunca teve tanta independência do governo, um paradoxo liberal porque o Estado deve controlar a economia. O Arcabouço Fiscal e o pacote do governo, final de 2024, retira dinheiro dos pobres, destrói o Serviço Público e desrespeita Servidoras. Não há políticas efetivas do governo para enfrentar a pobreza e as mazelas sociais que o povo sofre, mas sim políticas para satisfazer empresárias e banqueiras.

Até agosto de 2024 o governo Lula repassou 97,7 bilhões de Incentivos Fiscais para Empresas, 86,8 bilhões para as Forças Armadas e 44,67 bilhões para Emendas Parlamentares; no entanto, quis reduzir os parques investimentos em BPC, 30 bilhões, Bolsa Família, 14 bilhões, Universidades Federais, 5,5 bilhões, Vale Gás, 3,7 bilhões, Farmácia Popular, 3,4 bilhões, Lei Rouanet, 2,5 bilhões e SAMU, 1,7 bilhões. A diferença entre as despesas, agrupadas, é de 60,8 bilhões para funções sociais estratégicas de Estado e 229,17 bilhões para as superestruturas das oligarquias.

2.2 A conjuntura das Eleições de 2024: uma amostra do que vivemos

Com relação à eleição de 2024, no primeiro turno, na maioria das grandes cidades brasileiras, as eleitoras não escolheram ninguém para prefeita, quem ganhou foram os votos nulos, brancos e abstenções, e quem cresceu mesmo foi o PL: entre os principais partidos, de esquerda e direita, o Pcdob decresceu 76,8%, em relação a 2020, com 0,3% do total de votos, o PSOL cresceu 16%, com 2,6% do total de votos, o PT cresceu 28,2%, com 8,9% do total de votos; mas, em contrapartida, o PL cresceu 236%, tendo colocado a maior votação do país, com 15,7% do total de votos, o PSB cresceu 36,7%, o PP cresceu 30,9% e o Republicanos cresceu 46,4%.

Com relação a militares, a eleição de 2024 elegeu 152 militares, 13% a mais que em 2020; isso representa que o número de candidaturas de militares aumentou em 13%, tendo 1.204 candidaturas em 2024. O crescimento de candidaturas de militares é 5 vezes maior que o aumento total de candidatas; o PL elegeu 52 militares, Republicanos 18 e o MDB elegeu 16 militares.

A pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, promovida pela Terra de Direitos e Justiça Social, revelou que em 2024 houve aumento de 130% na violência política, em relação a 2020, sendo que a maioria por discordância política, envolvendo mulheres, racismo e LGBTfobia.

O que se estabelece no Brasil é, cada vez mais, uma mudança estrutural: avança no Estado a política da direita. No Congresso, por exemplo, 273 parlamentares são empresárias, 160 fazendeiras, que somadas representam 72% dos Plenários da Câmara e do Senado. O governo, ao contrário de privilegiar o povo, nessa realidade, retrocede nas políticas para a Classe Trabalhadora e adota a conciliação de classe e as políticas liberais para governar, contradizendo-se em seus projetos de campanha e fazendo de seu governo a contra marcha das demandas do povo.

As políticas públicas que já vinham dos governos Lula 1 e 2, o bolsa família, minha casa minha vida, entre outras ações, não chegam perto do povo mais necessitado. Mais que isso, as políticas de conciliação, entreguismo nacional e burocratização sindical dessa política liberal, estão derrotando a Classe trabalhadora, desmotivam a luta e possibilitam a ampliação das ideias da direita no Brasil.

2.3 A Dívida Pública

A Dívida Pública é, normalmente, vista como uma forma de o Estado se financiar para a realização de investimentos úteis para a população, tais como escolas, hospitais, estradas, dentre outros. Porém, no Brasil, a Dívida não tem servido para financiar, mas sim, para RETIRAR recursos das áreas sociais, e destiná-los para o pagamento de juros e amortizações (pagamento do principal) da própria dívida, que possui taxas de juros altíssimas, e prazos de pagamento curtíssimos, beneficiando principalmente as super ricas, como banqueiras e grandes rentistas. Portanto, no Brasil, não temos propriamente uma Dívida Pública, mas um “Sistema da Dívida”.

Conforme mostra a Auditoria Cidadã da Dívida⁴, nas últimas décadas, o Governo Federal tem destinado mais de 40% do seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto áreas sociais fundamentais recebem muitas vezes menos, como a Educação, que tem ficado com menos de 3%. Esta distribuição tem ainda se agravado nos últimos anos, pois o gasto com a dívida pública federal tem aumentado fortemente, enquanto os gastos com Educação na esfera da União ficam praticamente estáveis.

⁴ <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2>; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/> . Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida: <https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Reuniao-Conselho-Politico-ACD-18.02.2025.pdf> - Tela 21.

Mesmo considerando todos os investimentos em Educação também dos Estados e Municípios, eles não têm chegado um terço dos gastos com a Dívida Pública Federal.

Com a Emenda Constitucional nº 95/2016, do governo Michel Temer, esse modelo se aprofundou, com a introdução de um teto (congelamento) de gastos federais para as áreas sociais, para se poder aumentar ainda mais os gastos com a dívida pública, que continuaram sem teto algum. Em 2023, este mecanismo foi mantido pelo “Arcabouço Fiscal” do Governo Lula (Lei Complementar 200/2023), apenas com uma ínfima margem de aumento real para os investimentos sociais, de apenas 2,5% ao ano⁵.

Esta legislação, que serve ao “Sistema da Dívida”, tem gerado sérios prejuízos aos investimentos e funcionalismo público do Ministério da Educação, cuja participação no PIB tem caído fortemente.

É preciso enfrentar o tema da Dívida Pública, apesar de muitas analistas ligadas ao Sistema da Dívida - e outras analistas até mesmo de setores considerados como “progressistas” - dizerem que a dívida pública no Brasil estaria financiando as áreas sociais, o que é uma grande mentira. Costumam dizer também que a dívida não representaria prejuízo para as áreas sociais, pois estaria sendo apenas “rolada”, o que também representa outra grande mentira. Outras ainda tentam dizer que a dívida pública no Brasil beneficiaria as trabalhadoras, alegando que todas poderiam ganhar com os juros da dívida por meio de “Fundos de Investimento” e do chamado “Tesouro Direto”, omitindo que este último responde por apenas cerca de 1% do estoque da Dívida Pública Federal. Na realidade, trata-se de uma tentativa do Sistema de legitimar a dívida, dando uma migalha para a chamada “classe média”, procurando fazer com que as próprias trabalhadoras defendam as suas exploradoras, ou seja, as rentistas.

Outras analistas chegam até a defender o pagamento da dívida sem nenhum questionamento, alegando que o governo poderia emitir moeda e pagá-la, ou seja, defendendo abertamente que as rentistas super ricas continuem recebendo rios de dinheiro do Estado e assim usufruindo, cada vez mais, da riqueza produzida pelas trabalhadoras.

Portanto, são muitas as falácias que tentam retirar o tema da dívida pública do debate, dificultando que as trabalhadoras se mobilizem para derrotar esse Sistema. Defendemos que seja realizada uma auditoria da dívida com participação da sociedade, que investigue as grandes ilegitimidades dessa dívida que jamais são abordadas pelos órgãos oficiais de controle (TCU, CGU, etc).

Uma dessas graves ilegitimidades é o estabelecimento, pela Diretoria do Banco Central, de taxas de juros estratosféricas, sob a falsa justificativa de “controlar a inflação” que decorre, na realidade, de preços administrados pelo próprio governo e preços de alimentos (devido a uma política agrícola equivocada, que prioriza a exportação) que também não se reduzem com a alta de juros.

⁵ <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/> . Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Reuniao-Conselho-Politico-ACD-18.02.2025.pdf> - Tela 23

Outra grave ilegitimidade é a chamada “Bolsa Banqueira”, ou seja, a remuneração, pelo Banco Central, da sobra de caixa dos bancos com taxas de juros altíssimas, também sob a falsa justificativa de combater a inflação.

Portanto, a ASSUFRGS precisa manter e aprofundar seu apoio à luta pela auditoria da dívida pública, no sentido de municiar a sua base com os conhecimentos de entidades como a Auditoria Cidadã da Dívida, no sentido de formar multiplicadoras para essa luta que deve ser travada em toda a sociedade, em favor da Educação Pública.

Devemos mostrar para o povo que o grande rombo do orçamento não é causado pelo funcionalismo público ou a Previdência Social (como diz frequentemente o governo e a grande imprensa, para justificar os cortes de investimentos sociais e “reformas” que tiram os nossos direitos), mas sim, por essa dívida pública que não tem servido para investimentos sociais, mas para destinar a riqueza produzida pelas trabalhadoras para as rentistas super ricas.

2.4 Nossas Tarefas

"A sociedade brasileira mudou", quer dizer, se tornou mais conformista por não ter alternativas da Classe Trabalhadora para o Estado. A esquerda no poder, que deveria nos levar a uma reflexão radical sobre as formas de luta e de organização política, conduziu a Classe Trabalhadora ao pântano da conciliação de classe, levada aos reformismos capitalistas por meio das políticas liberais do governo.

Nós, Classe Trabalhadora, não podemos admitir e acobertar as políticas liberais do governo. Não são as ameaças da direita que estão nos derrotando, mas sim as políticas do governo.

É certo que a responsabilidade de construir consciência com o povo é nossa, do Movimento Socialista, debatendo nas vilas e bases sociais, de onde nos afastamos. No entanto, os partidos de esquerda no poder se afastaram dos referenciais populares e não mais fazem a disputa de ideias e, tampouco, estamos disputando a representação ideológica de Classe, dando lugar a movimentos de direita, como a invasão das religiões pentecostais nos ambientes do povo.

Precisamos coletivamente construir formas de resistência e organização comunitária, com objetivo de fortalecer e intensificar o trabalho de base e a formação política da militância. Precisamos atualizar nossa análise de conjuntura coletiva e apontar os principais desafios para o próximo período, principalmente para o conjunto da Classe Trabalhadora, desconstruindo as falsas soluções apresentadas pelas corporações do capital e seus governos.

Precisamos coletivamente enfrentar o desmatamento e a exploração do solo e subsolo, que avançam, e o governo não aponta para o tratamento político e estrutural para a Crise Climática. O Movimento da Classe Trabalhadora, particularmente integrado aos povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, precisa constituir políticas de Classe para o enfrentamento à devastação ambiental e humana.

É estratégico afirmar o compromisso do Movimento da Classe Trabalhadora Brasileiro com as lutas populares na América Latina, contra as forças imperialistas e reacionárias, que atacam a democracia e ameaçam nossas vidas.

É urgente o engajamento da Classe Trabalhadora com a Lutas de Classe internacionais, particularmente na defesa intransigente da Palestina frente ao projeto genocida e racista sionista em curso.

III - PAUTA SINDICAL E POLÍTICA PARA A ASSURGRS SINDICATO

No Brasil, historicamente, tivemos muitos desafios na organização da Classe Trabalhadora. Apenas para termos uma dimensão, no fim do Império havia cerca de 60 mil operárias em pequenas oficinas e grandes indústrias, para uma população de 14 milhões, e perto de um milhão de escravas.

O Movimento Sindical de Luta, nesse enfrentamento histórico, ainda precisa vencer suas fragilidades de burocratização, crescente fragmentação, controle do Estado, estruturas que não correspondem à realidade do mundo do trabalho e garantir que as organizações de base nos locais de trabalho assumam a sustentação política para a maioria de Trabalhadoras sem Relação de Trabalho formal. Podemos afirmar que as grandes opositoras são as mudanças nos modos e meios de produção, com processos cada vez mais distantes culturalmente, que expropriam cada vez mais a Classe Trabalhadora e geram a miséria do povo, de forma direta; além da ideologia liberal e a cada vez maior terceirização e desregulamentação das Relações de Trabalho, nos ambientes público e privado.

Mas, além das fragilidades do Movimento Sindical, há de se entender as dificuldades conjunturais que os planos dos governos, que se sucedem, inclusive o atual, submetem a Classe Trabalhadora a políticas de redução das funções de Estado, com políticas de cortes de despesas, controles de moeda circulante e inflação, na lógica de garantir a busca permanente pela maior produtividade e ganhos das donas dos processos e interesses de bancos, imposições do sistema financista do capitalismo internacional. Nesse cenário, os Sindicatos, dos setores público e privado, terminam tendo por consequência a diminuição de filiadas e ampliação das tarefas de militantes de luta.

Soma-se, às fragilidades e às dificuldades do Movimento Sindical, a ofensiva da direita sustentada pela ideologia dominante e pelos interesses da burguesia nacional e capitalistas globais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta que, em 2012, a taxa de sindicalização das trabalhadoras da administração pública era de 28,1%. Dez anos depois, em 2022, esse percentual de sindicalização foi reduzido para 19,9%. Nessa realidade, as pautas, agora fragilizadas, em grande parte, já não se apresentam mais unificadas e aglutinadas⁶.

Nesse contexto, não é raro constatar situações em que Servidoras que ocupam cargos no mesmo órgão ou ente público, mas integrantes de carreiras e cargos diversos, defendem posições divergentes e mesmo conflitantes no âmbito da luta sindical. A fragmentação categorial está diretamente relacionada com outro problema na organização contemporânea das trabalhadoras, mais especificamente com a consequência natural da multidimensionalidade de categorias, que envolve um

⁶ Informações e dados extraídos da Revista Consultor Jurídico – janeiro de 2025

quantitativo elevado de sindicatos, inclusive com sobreposição fática de representatividade, algo que inclusive desvirtua o princípio da unicidade sindical.

A existência de variados sindicatos em disputa pelas mesmas bases categoriais não seria motivo de preocupação se fosse decorrência de vontade das próprias trabalhadoras. O problema é que esse congestionamento sindical é impelido, em última instância, pelas políticas estruturais de Estado referentes a Servidoras e ao Serviço Público, como privatizações, concessões e terceirizações, e não pela livre e espontânea organização das trabalhadoras. A política de fragmentação do Serviço Público em múltiplos planos de cargos e carreiras resulta por impor à Servidoras, em consequência, uma organização fragmentada e autofágica.

Nesse contexto, causa de desequilíbrio de forças, algumas carreiras vêm obtendo maior êxito em suas demandas, como aquelas que integram as denominadas carreiras típicas de Estado e as carreiras cujos cargos são dotados de transversalidade, atributo cada vez mais prestigiado na denominada “moderna” administração pública; ao passo que as demais carreiras, relegadas a plano secundário, nitidamente não vêm conseguindo o mesmo nível de valorização.

A relativização do direito de greve tem reduzido a capacidade de luta, devido à limitação ao direito de greve tem enfraquecido o protagonismo de luta e prejudicado as condições de mobilização das trabalhadoras. Por outro lado, também tem reduzido o protagonismo dos sindicatos a inexistência de negociação coletiva institucionalizada e a ausência desse processo institucionalizado no âmbito do Serviço Público.

O cenário que se revela hoje é diverso. As novas gerações não vivenciaram as lutas históricas do movimento sindical, o que se reflete de certa forma no fenômeno de dessindicalização. Além do mais, a luta das entidades sindicais das trabalhadoras públicas se concentra antes na manutenção de direitos já conquistados do que na conquista e aprimoramento de novos direitos. No âmbito federal, o regime estatutário das Servidoras vem sendo “deslaboralizado”, sofrendo reiterados cortes e mitigação de direitos desde sua origem, desconfigurando sua formatação original e aproximando-o do modelo contratual.

Com todas essas agressões e complexidades, a ideia de sindicato, coletivo, se opõe a concepções individualistas, que a globalização ideologicamente determina com a reorganização a partir dos paradigmas fixados pelo liberalismo, pautado na liberdade, na proteção normativa ao mercado e à propriedade privada e na reformulação das funções do Estado. O ficcionismo escorado na ideia de autossuficiência da trabalhadora, que assume a condição de empresária de si mesma, realça as bases de uma realidade descoletivizada. Isso gera uma realidade onde não há identidade coletiva nem sentimento de pertencimento, inexistindo assim a necessidade de direitos sociais e trabalhistas, com os sindicatos ficando de fora desse processo, esvaziando sua organização em sua própria base social.

3.1 Movimento Sindical: Organização, Estrutura e Enfrentamento às Reformas

A concepção estratégica a ser adotada deve estar sustentada em cinco grandes linhas de ação: ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA AMPLA, de empregadas e desempregadas, para enfrentar o Estado burguês; PARTICIPAÇÃO e AUTODETERMINAÇÃO plena do povo nas

decisões e ações; DEMOCRACIA política e econômica para todas; IGUALDADE que liberta e possibilita a justiça; e SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA, enquanto modelo de desenvolvimento. As movimentações de ruptura com o Estado Capitalista e o enfrentamento às Reformas, portanto, deverão confrontar-se com a busca dos governos de reduzir a força da Classe Trabalhadora.

Esse projeto de Organização e Estrutura, a ser pensado coletivamente, deverá em sua origem ter clareza em seus objetivos e papel político para poder cumprir o direcionamento estratégico do debate, que deve ser orientado em quatro questões de concepção:

- i. Qual o propósito da construção?
- ii. Quais concepção, referencial e estratégia serão norteadoras?
- iii. Que construção buscamos desenvolver?
- iv. Quem queremos envolver e quais serão nossas aliadas permanentes, conjunturais e estruturais para esse debate?

Para atendermos o desafio de debater para construir respostas às questões organizativas e estruturais para a organização do Movimento Sindical, necessitamos partir da concretude da conjuntura e verificar as condições necessárias e às questões objetivas impositivas ao mundo do trabalho no momento estrutural do capitalismo que vivemos.

Há elementos que deverão ser considerados para a compreensão do afastamento de trabalhadoras do mundo do trabalho:

- a substituição tecnológica,
- a exigência de formação técnica,
- a redução dos postos de trabalho (estrutural e conjuntural)
- a exclusão do “Mercado”.

Há, também, questões a serem respondidas pelo Movimento Sindical, como construir alternativas jurídicas à Reforma Trabalhista de 2018, e entender as novas fontes do Direito (Constituição, Leis, Negociações, Normas...). Mais que isso, desafios imediatos são necessários de serem encarados, como:

- a ampliação dos espaços para jovens e mulheres,
- unir trabalhadoras pela Classe,
- atender a dispersão das trabalhadoras (categorias, sindicatos, trabalho virtual...),
- fazer o combate à fragmentação do Movimento Sindical por meio de políticas estruturais,
- representar trabalhadoras em atividade ou não, com e sem relações formais de trabalho, profissionais, autônomas, aposentadas e desempregadas,
- construir uma proposta de Estrutura e Organização Sindical que atenda a essa conjuntura complexa e a fragmentação das categorias e setores de produção e a pulverização das lutas.

Em outra perspectiva, questões referentes às Relações de Trabalho como Saúde, Segurança e Ecologia, Formação Profissional e Ideológica, afastaram-se da pauta das lutas imediatas e se tornaram no máximo itens compensatórios e de negociação.

As três questões originais para a concepção de respostas no Movimento Sindical, enquanto princípios para o Movimento Combativo, que devem ser aprofundadas nas estruturas e no modelo organizativo, como Independência Política, Democracia e Classismo, em muitos casos encontram-se vencidos pelos “apertos” da conjuntura, diversa e complexa. O propósito de defesa dos interesses da Classe Trabalhadora, para atuar como representante das lutas, resultou comprometida em suas funções de representação e de interlocução das relações de trabalho, organização da classe por direitos e condições de vida e trabalho e em ser alternativa de luta contra a exploração capitalista.

Concomitante ao combate à exploração do trabalho, o Movimento Sindical não tem conseguido combater em plenitude as formas de opressão de raça, etnia, gênero, orientação sexual, na perspectiva de uma política geral e no cotidiano das Entidades. As construções internas e o debate entre organizações têm sido forjado nas estruturas e superestruturas do Movimento, distanciado das bases de representação, concebendo agendas e calendários de lutas que não se efetivam na plenitude.

Esses condicionantes, em suas repercussões, terminam por limitar as ações da Luta de Classes no combate às políticas e aos controles do Estado sobre o Movimento Sindical, reforçando as teses de conciliação de classes e a parceria com o capital, tornando as Centrais e demais Entidades Sindicais verdadeiras correias de transmissão dos governos e/ou partidos políticos alinhados.

3.2 Elementos de Organização e Estrutura Sindical

Como uma referência política das mais importantes para a Classe Trabalhadora no Brasil, vivenciada no tempo contemporâneo quanto à Organização e Estrutura Sindical, temos o projeto adotado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983, por Ramo de Atividade, organizado nacionalmente em Departamentos Nacional, Estadual e Municipal. De forma ascendente, nos ambientes de trabalho, o projeto é constituído de Organizações por Local de Trabalho – OLT e por Organizações Sindicais de Base – OSB, formalmente estruturadas nos Sindicatos. Em diferentes momentos de vida, as instâncias de Base, com expressão direta no exercício da democracia, como Reuniões para decisões setoriais e Assembleias Gerais, têm nas instâncias intermediárias e superiores, para deliberações mais amplas e coletivas, tomadas de decisões adotadas por democracia de representação, como em Conselhos de Representantes, Plenárias e Congressos.

No entanto, como exemplo, o aparelhamento da CUT e seu alinhamento superestrutural com governos, fez com que se limitasse a burocratizar a política, não adotando práticas ofensivas contra as políticas públicas e, como exemplo, levou a defender a concepção de trabalho meio e fim nas Relações de Trabalho, uma definição que serve para as donas dos processos e que impulsionou a terceirização como elemento de transferência das responsabilidades nas Relações de Trabalho, colocando Trabalhadoras como mais uma parcela de custo de processo produtivo a ser reduzido e substituído.

Precisamos, com isso, em nosso Projeto de Organização e intervenção no Movimento Sindical, garantir Direção, Democracia, Representação, proporcionar Inclusão e Participação da Classe Trabalhadora, condicionantes para a realização de mobilizações de massa para as ações de resistência e enfrentamento. Essa postura se torna referencial para alteração na correlação de forças e resposta direta a uma condição de inferioridade política na superestrutura do Estado, tornando a mobilização suficiente para atender as proposições ofensivas e desequilibrar favoravelmente a correlação de forças nessa luta de classe.

3.3 Elementos de Organização e Estrutura: Representação Política Ampliada

A desconstrução das organizações populares de base, o aumento crescente das relações informais de produção, manutenção e reprodução do capital, o alijamento crescente de atendimento a necessidades básicas humanas pelo Estado, entre tantas outras mazelas que o Estado Capitalista coloca para o Movimento Sindical, exige respostas inclusivas para essas questões, enquanto funções fundamentais que os Sindicatos devem absorver em defesa da Classe Trabalhadora. Para tanto, o Movimento Sindical deverá atender às necessidades imediatas e históricas de trabalhadoras em atividade ou não, com e sem relações formais de trabalho, profissionais, autônomas, aposentadas e desempregadas; deverá fazer a defesa política de segmentos e da cidadania, vulneráveis e segregadas, além de jovens, mulheres, negras, indígenas, pescadoras, povos das cidades e das florestas, atingidas por barragens, reintegrando-as à vida econômica, social e política. Na mesma linha de concepção, os Sindicatos devem como função política combater todas as formas de opressão de raça, etnia, gênero, orientação sexual, na perspectiva política geral e no cotidiano de suas Entidades.

Enquanto visão, os Sindicatos Combativos devem ter ampliada sua abrangência de representação à toda a Classe Trabalhadora, enquanto estratégia política, não devendo se limitar à representação das trabalhadoras com Relação de Trabalho formal, o que restringe papel, abrangência e impõe movimentações segmentadas pelo controle e restrições definidas pelo Estado de Direito, que se coloca como mediador e atenuador das contradições do sistema, operando assim para a inexecutável conciliação de classes.

3.4 Propostas políticas para a ASSUFRGS Sindicato

3.4.1 ASSUFRGS Sindicato – Estrutura (Estratégico)

- Reforçar o Conselho de Representantes para a efetiva construção democrática de base do Sindicato, a partir das concepções das Organizações por Local de Trabalho e Organizações Sindicais de Base. A organização da categoria deve se iniciar no espaço entre as trabalhadoras e o capital, nos locais de trabalho, conscientizando-as e construindo as lutas de classe a partir dos locais de trabalho. A proposta é que essas representantes tenham funções políticas objetivas, como:

Incentivar e participar do processo de organização da categoria;

Esclarecer dúvidas da categoria em seu local de trabalho;

Informar à Direção do Sindicato, através de relatórios, à situação trabalhista vivenciada pela categoria do seu local de trabalho;

Apresentar por escrito à Direção às reivindicações da categoria do seu local de trabalho;

Informar para a categoria do seu local de trabalho os encaminhamentos e deliberações das Instâncias do Sindicato;

Promover campanha permanente de filiação.

- Formação Política e Profissional: Promover ações de formação Política e Profissional, a partir de Grupos, Cursos, relações com Entidades de Classe de Trabalhadoras e Técnicas.
- Implantar Orçamento Participativo, de forma crescente, até 100% do orçamento do Sindicato
- Implantar a proporcionalidade na representação e composição política do Sindicato nas instâncias de representação executiva e fiscal
- Reestruturação Administrativa: construção de projeto estratégico para definição da estrutura de funcionamento do Sindicato, de representação e atuações políticas, administrativas e assistenciais

3.4.2 ASSUFRGS Sindicato - Políticas Sindicais

- Ampliar a articulação com movimentos sociais - barragens, pescadoras, campo, cidade, água, moradia, alimentação, estruturais governamentais...
- Fazer esforços para construir instâncias políticas para o Setor da Educação, pública e privada, construindo relações estruturais organizativas e sindical
- Sindicalização de Trabalhadoras Terceirizadas da UFRGS, UFCSPA e IFRS
- Reestruturação da Coordenação Jurídica para atender a novas funções políticas para as ações judiciais, envolvendo Relações de Trabalho e Ações de reivindicações salariais

3.4.3 Relação de Trabalho - Políticas Sindicais

- Promover, com a base da Categoria, Inspeções de Condições Ambientais de Trabalho e SST
- Criar Grupo de Trabalho sobre Gestão e Organização do Trabalho nas IFE base do Sindicato
- Ampliar a capacidade de atuação propositiva do GT Carreira / PCCTAE em nível nacional
- Criar Grupo de Trabalho sobre Política Sindical abrangendo as Relações de Trabalho de Servidoras Estatutárias, Servidoras com Emprego Público – CLT, e Trabalhadoras Terceirizadas por Licitações e Fundações

3.4.4 Atendimento, Assistência e Benefícios - Políticas Sindicais

- Retomar a Comissão de TAE para Gestão e Negociação de Planos de Saúde

- Nova revisão, a partir de consulta à base, dos Convênios mantidos pelo Sindicato: revisão das dívidas (que extrapolam centenas milhares de Reais, trazidos a Valor Presente) e estabelecimento de novo conjunto de convênios
- Construir política de melhoria de relacionamentos com a Categoria

3.4.5 Pautas Identitárias - Políticas Sindicais

Incentivar a criação de novos Grupos de Trabalho e ampliar recursos aos GT já existentes:

- Aposentadas e Pensionistas
- Indígenas
- LGBTQIAP+
- Mulheres
- Negritude

3.4.6 Políticas de Estado

Defesa de uma Pauta que amplie o poder de decisão da Classe Trabalhadora, como:

- Controle da Economia pelo Estado
- Auditoria Popular da Dívida Pública
- Políticas efetivas de caráter Ecológico e Meio Ambiente
- Políticas de pleno Emprego
- Políticas de plena Habitação e Saneamento
- Previdência Pública, com controle popular
- Manutenção e investimentos no SUS

3.4.7 Política Internacional

Defesa intransigente da emancipação da Classe Trabalhadora, alinhando-se aos Movimentos Internacionais de Classe, como:

- Estabelecimento de Alianças e ações mundiais da Classe Trabalhadora
- Posição contrária às guerras capitalistas, geopolíticas e de ocupação
- Estabelecimento de relacionamentos com Organizações Políticas nos Países dependentes
- Alinhamento às construções críticas ao Sistema Financeiro, particularmente à atuação e submissão ao BIS, Banco Mundial, BID...

IV - A COERENTE E NECESSÁRIA PROPORCIONALIDADE NA ASSUFRGS SINDICATO

No Movimento Sindical, a proporcionalidade na composição das Direções surgiu para buscar Democracia pela representação, diretamente determinada pela proporção de votos obtida pelas Forças Políticas nas eleições e replicada na composição da Direção.

A proporcionalidade na ASSUFRGS surge na Fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau no RS - SINTEST/RS, em 1990. Além da ASSUFRGS, faziam parte do SINTESTRS a ASSUFMS, APTFURG, ASUFPEL e AFECIMPA.

O entendimento da categoria era que a participação de todas as Forças Políticas na Direção é necessária para garantir espaço político para que todas as propostas das trabalhadoras estivessem presentes no Sindicato. Esta compreensão se sustenta no princípio que é na construção e na unidade das ações que nossas políticas possuem a real representação democrática e têm força para construir as ações necessárias.

Na ASSUFRGS, existiu por 25 anos, até 2015, onde na política e na cultura, a proporcionalidade não se limitou às eleições para a Coordenação, sendo admitida para todas as ações e representações, seja para eleição de Delegadas para Congressos e Plenárias, para a composição de Comissões, como para tomadas de decisões.

No III CONASSUFRGS, em 2015, o debate questionou se a proporcionalidade era uma política organizativa que deveria ser mantida, e a reprovou por maioria. Natural que tenha sido tomada essa decisão, porque a conjuntura mudava fortemente no ambiente que antecipou o impedimento da Dilma e se entendeu, por maioria, que nossos movimentos táticos deveriam ser reestruturados para refletir o momento. Mas, além disso, havia elementos de discussão que falavam da incapacidade ou dificuldades nos encaminhamentos políticos e administrativos do Sindicato com a proporcionalidade na Coordenação; garantir a Democracia nunca foi tarefa fácil, mas para nós, Classe Trabalhadora, Democracia é estratégica para garantir a expressão da base e acúmulos coletivos. No entanto, a realidade demonstrou que as dificuldades foram ampliadas, principalmente na execução plena das tarefas da Coordenação com relação à efetividade de suas Coordenações específicas, a rotatividade de Coordenadoras, pelo modelo de substituição adotado e, até, com a não realização de Congressos da ASSUFRGS por 10 anos, sendo que deveria acontecer de 2 em 2 anos.

Para subsidiar, algumas posições sobre o tema: a CUT, Estatuto 2015, "...a Direção Executiva é eleita obedecendo aos critérios de proporcionalidade e de gênero..."; a CTB, Estatuto 2007, "...Para garantir a pluralidade de ideias e a democracia interna, o regimento eleitoral estabelecerá entre outros critérios, voto secreto, cargos preenchidos proporcionalmente aos votos obtidos pela chapa e presença de no mínimo 30 (trinta) por cento de cada um dos gêneros nos órgãos deliberativos"; a CONLUTAS, Estatuto 2017, "A Secretaria Executiva Nacional será eleita na primeira reunião da Coordenação Nacional da entidade realizada após o Congresso ordinário, com base ao critério da proporcionalidade direta e qualificada dos votos obtidos pelas chapas concorrentes, se houver mais de uma". Na Fundação da INTERSINDICAL, em 2014, definimos que "a Central deve ser um organismo democrático, baseada na proporcionalidade direta e qualificada, garantindo ampla liberdade de expressão, combinada com a unidade de ação através das decisões da maioria".

Na ASSUFRGS, já com uma experiência de 10 anos de uma Executiva sem proporcionalidade, regredirmos ao que existia antes da proporcionalidade, com a exclusão de Forças Políticas importantes na Direção, que não a majoritária. Essa experiência de exclusão, o retorno a um modelo de poder majoritário, é um retrocesso, que poderá vir a ser autoritário e servir ao poder de alguns e não ao acúmulo democrático, responsável por avanços políticos mais amplos.

Poderemos, com a manutenção da não proporcionalidade, reduzir as políticas do Sindicato à segmentação da base, à sua repartição, a interesses corporativos desalinhados dos compromissos e movimentos da Classe Trabalhadora.

Sem a proporcionalidade, poderemos favorecer à falta de democracia e à perpetuação da direção da ASSUFRGS; poderemos favorecer que aliadas a governos de direita ou esquerda, ou a aliadas de determinada administração da Universidade, usem o sindicato para benefício ou interesse de uma visão segmentada, agindo contra a categoria.

Por que a Proporcionalidade?

Porque essa é uma forma de organização sindical onde todas as correntes políticas de pensamento reconhecidos na categoria irão compor, de forma proporcional ao número de votos obtida em uma eleição, única e plural. É considerada a forma mais democrática de escolha das direções. Existem correntes políticas que defendem a proporcionalidade qualificada na base, mas isso coloca uma linha de corte e quem não a atinge fica de fora da direção; no entanto, entendemos que esta proposta exclui grupos que tem contribuição histórica e que pode ser importante na direção da Entidade. A proporcionalidade não pode ser o limitante para a construção da luta, o Sindicato deve se constituir em uma grande FRENTE DEMOCRÁTICA DE TRABALHADORAS e não uma correia de transmissão de um partido ou o centralismo de um grupo.

Com a proporcionalidade, diversas correntes de pensamento político fazem parte da direção, e a proporcionalidade é a melhor forma de dar voz a todas as correntes de pensamento existentes. Em caso de divergência sobre algum assunto, coloca-se em votação e a posição majoritária é a seguida por toda a direção, ou seja, uma decisão tomada pela maioria deve ser seguida por todas as dirigentes, não pode ser “cada uma faz o que quer...”. Esse método evita a concentração de poder nas mãos de um só pensamento político, já que toda a direção participa das decisões.

Aplicar a proporcionalidade é uma forma de garantir a representação democrática das trabalhadoras dentro do Sindicato que as representa. Este é um caminho para estabelecer o equilíbrio dentro da direção do Sindicato, não tendo como principal objetivo a disputa política pelo poder, mas sim a defesa de todas as trabalhadoras. Precisamos colocá-la em prática desde já, estabelecendo um diálogo franco com os grupos que representam as trabalhadoras, tendo como principal objetivo a Democracia em todas as instâncias do Sindicato, na prática.

Não é só a governabilidade da ASSUFRGS que está em jogo, porque precisamos de uma responsável política de unidade na ação e aceitação da Democracia como centro estratégico, que deve ser no coletivo de todas as visões. O que precisamos definir no IV Congresso da ASSUFRGS é pela forma de tomada de decisão mais coletiva, que reflita toda a base, bem como a sua participação no poder da ASSUFRGS Sindicato.

V - SINDICALIZAÇÃO DE TERCEIRIZADAS E CELETISTAS NA UFRGS, UFCSPA E IFRS PELA ASSUFRGS SINDICATO

Trabalhadoras Terceirizadas por contrato de Licitação, Emprego Público, pela Fundação e Projetos, todas são Trabalhadoras na Educação, constroem os processos acadêmicos, com Relação de Trabalho diferente e fonte pagadora indireta, mas que intervêm de forma direta em todos os processos, em diferentes tarefas.

Precisamos estender a essas trabalhadoras a intervenção da ASSUFRGS Sindicato, com todos os direitos e deveres das filiadas, garantindo isonomia de direitos e unidade sindical com Servidoras do Quadro de Pessoal das Instituições quanto a tratamento, negociação, condições e ambientes de trabalho iguais aos das Servidoras.

Assim, devem ser construídos debates políticos com essas Trabalhadoras e, admitindo posição favorável, serão desenvolvidos processos políticos, administrativos e jurídicos para garantir o encaminhamento efetivo dessa decisão.

VI - RELAÇÃO DE TRABALHO

No Brasil temos indicadores que, mesmo terríveis, não demonstram a verdadeira realidade das Relações de Trabalho. Em 2023 foram registradas 2.888 mortes e 465 mil Comunicações de Acidentes (CATs), onde foram vítimas fatais imediatas 8 trabalhadoras em Acidente no Trabalho, 1 a cada 3 horas de trabalho por dia, sendo que desses, estima-se que 5 são terceirizadas. São 1.273 Acidentes comunicados por dia, 1 CAT a cada 50 segundos. Mas a realidade é bem mais dura se considerarmos que 2/3 de trabalhadoras no Brasil não tem sequer “Carteira Assinada”; melhor dito, apenas 1/3 das Trabalhadoras no Brasil são abrangidas por direitos trabalhistas. Soma-se a isso, a condição de Servidoras Públicas em todos os níveis, sem uma legislação de proteção que seja impositiva a seu favor.

Essa realidade acontece e se amplia a partir da revolução industrial, subsidiada pelas disputas teóricas, filosóficas e econômicas do século XVIII, que estabeleceram para a Classe Trabalhadora uma nova relação entre as donas dos meios de produção e trabalhadoras, possibilitando a existência de novas formas de produção (energia, manufatura, maquinaria, processo...), ampliando a expropriação do trabalho. A Classe Trabalhadora continuou submetida a novos processos, com larga agregação tecnológica nos séculos 19 e 20, chegando até os dias de hoje, onde a ciência burguesa busca a substituição da Classe Trabalhadora nos processos produtivos por sistemas de produção e gestão.

No Brasil, desde o início da formalização das Relações de Trabalho com a CLT, essa foi determinada pelo interesse das empregadoras que impuseram que todas as mazelas do trabalho, de sua responsabilidade, fossem transferidas para o Estado, como: aposentadoria por invalidez, quem paga é o Estado; Licença saúde, quem paga é o Estado; pensão por morte, quem paga é o Estado... Mais que isso, exigiram que para se instalarem aqui, o Estado deveria assumir o controle das organizações de trabalhadoras e os Sindicatos fossem registrados e controlados pelo Estado. Também exigiram

infraestrutura para seus processos, e o Estado construiu empresas estatais e concessões que absorveram os custos dos processos industriais, além de subsidiar os recursos necessários. As Normas de Saúde e Segurança, que foram criadas final da década de 70, ainda no Golpe Militar de 1964, tinham a intenção de garantir controle jurídico e resguardar as donas dos processos de produção, antes mesmo da “abertura democrática” no final dessa década. Era um impositivo empresarial e sistêmico dos processos globais de produção.

Para as Servidoras Públicas, o princípio da liberdade de associação profissional e sindical na Constituição de 1998 afastou a exigência de que a constituição dos sindicatos fosse antecedida por uma gênese associativa. O novo marco constitucional também superou outros entulhos autoritários, como a necessidade de reconhecimento formal das Entidades sindicais pelo Estado e a possibilidade de intervenção estatal na organização e na administração dos Sindicatos, sendo garantida a legitimidade para promover a defesa de direitos individuais e de direitos de amplitude coletiva, abarcando toda ou parte da categoria.

Nas Instituições Federais de Ensino, o caminho seguiu a mesma lógica de direita e liberal, particularmente demarcada com a Reforma Universitária de 1969, gerada pelo Golpe de 1964, que impôs uma estrutura voltada para os interesses capitalistas, em sua verticalidade e estrutura de poder, mantendo Servidoras Técnicas e Administrativas em condição de desigualdade na Relação de Trabalho e nos Processos Acadêmicos. Essa realidade se manteve com a Constituição Cidadã de 1988 e na criação do RJU, em 1990. Na Reforma Universitária de 2003, aprofundou-se a concepção de Universidade Produtiva e com parâmetros de Qualidade, impostos pela determinação do projeto do Banco Mundial de 1995 adotado pelo então governo, não avançando nas questões de Relação de Trabalho, tampouco acadêmicas. O próprio PCCTAE, em sua última versão buscada pelas TAE na Greve de 2024, não conseguiu avançar nas Relações de Trabalho das TAE.

6.1 Servidoras das Instituições Federais de Ensino

No Brasil, hoje, somos 12,7 milhões de Servidoras Públicas, das quais 52% estão nos Municípios, 30% distribuídos nos Estados e 12% estão no Serviço Público Federal, sendo pouco mais de 133 o número de Servidoras nas IFE, correspondendo a 0,065% da população brasileira. Um número importante, a ser destacado, é a população acadêmica nas IFE, em torno de 1,5 milhão de pessoas, um pouco menos de 1% da população brasileira.

O que se espera nesse grande ambiente é que as Relações de Trabalho atendam às necessidades humanas de Alimentação, Habitação, Saúde, Educação, Lazer e Segurança. Mais que isso, é necessário que as características individuais Antropológicas, Psicológicas, Fisiológicas, Cognição, Gênero, Idade, Coletividade, entre outras, sejam respeitadas, assim como sejam reconhecidas e atendidas as capacidades e limites como de Conhecimento e Formação, Sabedoria, Biomecânico, Físico e Psicológico.

No entanto, o que se verifica nas Relações de Trabalho de Servidoras nas IFE é um ambiente do trabalho que está levando a transtornos e patologias. Estima-se que a 3ª causa de afastamento do trabalho de 2008 para cá é a completa exaustão emocional, ou

seja: o acometido pela doença não consegue mais exercer o trabalho a que antes se dedicava arduamente.

6.2 Que Políticas precisam ser atendidas na nossa Relação de Trabalho?

Vimos construindo e desenvolvendo contínuos debates sobre Carreira e Matriz Salarial, uma parte importante da nossa Relação de Trabalho, mas que carece de ser ampliada. Com isso, as Relações de Trabalho precisam atender as outras cinco necessidades humanas e de bem estar:

6.2.1 - Gestão Democrática do Trabalho

- Horários de trabalho definidos coletivamente
- Participação nos Processos Acadêmicos
- Qualidade, como condições no atendimento das tarefas
- Produtividade sob controle das equipes
- Tomada de Decisão Coletiva
- Carga Mental e Carga Física limitadas
- Capacitação em acordo com necessidades individuais e de processo
- Respeito aos limites de Cognição
- Controle de atividades e esforços

6.2.2 - Organização do Trabalho

- Disponibilização dos Recursos e Meios necessários
- Estrutura horizontal nas decisões de processo
- Infraestrutura em conformidade legal e normativa
- Layout adequado às pessoas e ao processo
- Aporte Tecnológico compatível com as demandas

6.2.3 - Atendimento a Requisitos de Saúde e Segurança, com relação a:

- Riscos
- Ergonomia
- Periculosidade
- Insalubridade
- Transtornos
- Assédios
- Estresse

6.2.4 - Atendimento a Condições Ambientais e de Conforto quanto a:

- Iluminação
- Temperatura
- Ventilação
- Umectação

Qualidade do ar

6.2.5 - Benefícios compensatórios e sociais, como:

Saúde: Médico e Odontológico

Transporte

Creche

Educação

outros

VII - POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA: UMA EXIGÊNCIA URGENTE

De início, faz-se necessário referenciar que a ASSUFRGS aprovou em Assembleia da Categoria, em junho de 2013, o Projeto de Saúde e Segurança na UFRGS, construído a partir de um Grupo de Trabalho para Segurança e Saúde dos Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS. No entanto, há a necessidade de atualizá-lo e expandi-lo a toda a base da ASSUFRGS Sindicato, que foi ampliada e com novas características nas Relações de Trabalho e em infraestruturas.

7.1 A Conjuntura das TAE nas Instituições

Com relação a Servidoras Públicas, estima-se que representam aproximadamente 5% da população brasileira, sendo destes 12% de Servidoras Públicas Federais, 24% de Servidoras Estaduais e 64% de Servidoras Municipais, distribuídas em mais de 5.500 municípios, totalizando em torno de 10 milhões de Servidoras Públicas que estão desassistidas em legislação, impositivos e normas que garantam a saúde dessas trabalhadoras.

O que devemos pensar para atender a esta demanda, são os conteúdos envolvidos que deveremos ampliar em competência para sermos capazes de atender a essa questão, de Saúde e Segurança. Assim, o ponto de partida são as definições e conceituações que sustentam o melhor entendimento para a adoção de uma Política de SST.

A necessidade a ser atendida para a construção de políticas de SST para o Serviço Público, particularmente para as Universidades, é adquirirmos capacidade para evoluir nos diferentes conteúdos que estarão relacionados aos diversos ambientes de trabalho e suas interações, seja pelo entendimento do sistema pessoa-atividade e seus aspectos, esforços envolvidos, cognições, biomecânica dos movimentos e definições gerenciais, bem como pelo que diz respeito ao ambiente de trabalho relacionado com organização do trabalho, disposição física e principais interferências físicas, como vibração, ruídos, iluminação, visão, ar e temperatura, além de riscos físicos, químicos e biológicos, ergonômicos, de acidentes e toxicológicos, repercutindo ainda aspectos no meio ambiente do trabalho.

Ao alcançarmos esta condição, aliados à adoção da legislação de SST existente no Brasil das Trabalhadoras Celetistas para as Servidoras Públicas, estaremos aptos a desenvolver a execução das funções públicas com melhorias nas atividades e processos. Com isto

seremos capazes, também, de garantir ambientes saudáveis nas atividades de trabalho desenvolvidas e para a Comunidade Acadêmica e usuárias dos Serviços Públicos.

A partir da constatação de que as Servidoras Públicas em todos os níveis - Municipal, Estadual e Federal não são atendidas pelas Normas Regulamentadoras constantes da Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil - CLT, nos seus ambientes de trabalho e convívio, e tão pouco observadas as legislações pertinentes à ocupação predial, em suas normativas e legislações municipal, estadual e federal, entende-se por extremamente necessária a intervenção emergencial nestes ambientes de trabalho para garantir a vida das Servidoras a partir de uma Política de SST que perceba, elimine ou reduza o grau de risco e a não conformidade das condições e dos ambientes de trabalho nas IFE.

No contexto já abordado, as mudanças impostas por substituição tecnológica e a expansão de atividades e serviços, com pessoal próprio e terceirizado, em diferentes relações de trabalho exercendo funções públicas, bem como as recentes alterações nas Normas Regulamentadoras, motivam a que se verifique o quanto estes novos e os reformados ambientes de trabalho e suas infraestruturas, sistemas, estruturas e equipamentos associados estão adequados às medidas previstas na legislação, tais como as normas de segurança, de forma a reduzir os riscos potenciais para as trabalhadoras.

Com o fim de oferecer ambientes de trabalho seguros e que cumpram os requisitos da legislação vigente para as Trabalhadoras regidas pela CLT e Servidoras de Regime Estatutário, devem ser implantados projetos de prevenção e diagnóstico permanente das condições e ambientes de trabalho em todos os ambientes das Instituições de Ensino, extensivos às Comunidades Acadêmicas.

A proposta é a adoção dos mesmos regramentos existentes para trabalhadoras privadas, inseridas em um efetivo Programa de Saúde e Segurança para trabalhadoras e comunidade e que, quando possível, seja ampliado a todas as Servidoras e Serviços Públicos. Garante-se que as estruturas e infraestruturas associadas aos processos nas organizações públicas estejam também em conformidade, possibilitando condições adequadas de habitabilidade para toda a sociedade que compartilha os ambientes públicos.

7.2 Saúde das Trabalhadoras e Segurança nos Processos nas IFE

A complexidade crescente dos processos acadêmicos, a substituição tecnológica e as constantes alterações nas relações e modos de trabalho, onde se inserem os impositivos voltados à saúde das trabalhadoras, demandam das organizações públicas uma necessária preocupação e cada vez mais uma maior capacidade para garantir a saúde das pessoas, as condições adequadas de relacionamento com o meio ambiente e as relações de conformidade com os elementos e recursos necessários às funções públicas e para os processos acadêmicos. Com isto, as gestões devem direcionar-se para obter melhores condições de trabalho, menos agressivas e que proporcionem ambiente adequado e melhores índices de disponibilidade operacional e confiabilidade sistêmica de suas funções e ambientes organizacionais, com foco em Saúde das Trabalhadoras e Segurança dos Processos de Trabalho - SST.

Para a UFRGS, UFCSPA e IFRS os controles deverão considerar e incidir sobre Pessoas, Cultura, Recursos e Meios da Organização e pelo contexto externo, caracterizadas em quatro pilares de sustentação:

7.2.1 a. Campos Estratégicos: As estruturas de SST normalmente encontradas nas organizações atuam em seis campos estratégicos:

- Administração
- Concepção da estrutura para a gestão de SST
- Política de SST
- Planejamento e implementação
- Acompanhamento
- Revisão periódica

7.2.2 Internalização: Entre as várias alternativas de internalização, podem envolver a legislação de SST, acordos ou negociações, iniciativas voluntárias como Programas Setoriais (ex. “Atuação responsável” em Unidades com alto risco) e sistemas corporativos, sistemas de gestão proposto pelo Sindicato e outras organizações, bem como a partir de diretrizes da OIT.

7.2.3 Gestão de Riscos: Com relação às atividades de gestão de riscos, estão assim representadas:

- Definição de critérios/ferramentas e responsáveis pela avaliação de risco
- Avaliação periódica de riscos
- Identificação dos riscos, em acordo com as atividades envolvidas
- Análise dos riscos em sua prioridade e gravidade
- Julgamento, valorização e priorização por critérios de criticidade
- Prevenção e Controle / Tratamento de riscos
- Escolha de opções e Comunicação e consulta
- Implementação e operação
- Monitoração e ações preventiva e corretiva

7.2.4 Documentação: Documentação comum mínima pode ser caracterizada em:

- Plano/Programa de Prevenção e Controle de Riscos
- Registros das atividades de monitoração e avaliação de riscos – Inspeções
- Inventário geral de riscos – Mapas de Riscos
- Relatórios de avaliações específicas – Relatórios de Não Conformidades

Quanto às obrigações das IFE, podemos minimamente referenciar:

7.2.5 cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho;

7.2.6 elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência às suas servidoras;

7.2.7 comunicar às servidoras:

- a) os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;
- b) os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pelo órgão;
- c) os resultados dos exames médicos de diagnóstico aos quais as servidoras forem submetidas;
- d) os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.

7.2.8 permitir às Servidoras ou seus representantes que acompanhem as ações de segurança e saúde do trabalho, inclusive as relativas à fiscalização;

7.2.9 promover, por meio do SESMT da Instituição e do Conselho de Comissões de Saúde, quando houver, ou estruturar similar em responsabilidade, a investigação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, apurando as suas causas e tomando as medidas reparadoras necessárias;

Quanto às obrigações das Servidoras Públicas, elencam-se:

7.2.10 cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho;

7.2.11 cumprir as medidas de segurança e saúde do trabalho adotadas pela IFE a que se encontra vinculado;

7.2.12 submeter-se aos exames médicos estabelecidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

7.2.13 colaborar com o órgão público na aplicação das medidas de segurança e saúde do trabalho.

Com relação a afastamentos de Servidora Pública motivados por acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho, deverão ter seunexo causal e correlações definidos por Perícia Médica Oficial e pelo Sindicato. No caso de restrição laborativa permanente das Servidoras que necessitarem de reabilitação ou readaptação funcional, terão asseguradas, pelos respectivos órgãos públicos aos quais estejam vinculadas, todo o atendimento necessário para o retorno às atividades laborais.

Ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho cabe fiscalizar o cumprimento das Normas de Segurança e Saúde do Trabalho na UFRGS, UFCSPA e IFRS sem prejuízo da atuação de outros órgãos fiscalizadores e do Sindicato.

7.3 Conformidade para a Ocupação Segura nas Edificações e Ambientes

Complexos Prediais abrigam um espectro largo, complexo e diverso de ambientes, funções e atividades nas Instituições de Ensino. Quanto à tipificação, podem ser habitacionais, industriais, institucionais, culturais e esportivos, de estações e terminais, de assistência médica e social, entre outras, inseridas em ambientes urbanos, rurais, entre outros.

Para cada ambiente, há características bem específicas de ocupação: os ambientes mais industrializados são grandes edificações em ambientes estruturados, com layout funcional definido, alta agregação de tecnologia e regramento técnico impositivo; os

ambientes de serviços são médias e grandes edificações bem estruturadas, com layout e design arrojados, uma relativa agregação tecnológica e regramento técnico não tão explicitado; os ambientes residenciais, como Casas de Estudantes, com dimensões variadas que podem ou não ser ambientes estruturados, com ou sem layout estabelecido, possuem agregação de tecnologia variável e, em sua maioria, sem regramento técnico definido, além de densidade ocupacional que tende a ser alta. Há, ainda, as edificações com definições muito específicas e as fora de padrão, como as do tipo social, cultural, laboratórios, saúde, lazer, entre outras, que exigem ambientes dedicados com rigor técnico diferenciado.

Enquanto premissas para a conformidade destas ocupações, podemos destacar a sustentabilidade de seu uso, a acessibilidade adequada ao uso e a segurança necessária para os processos desenvolvidos em seus ambientes, garantidora da saúde dos que nela desempenham funções acadêmicas.

Enquanto sustentabilidade, a conformidade esperada está relacionada à sustentabilidade das edificações, que simplificada está identificada com a redução dos impactos ambientais em seu uso e em uma arborização adequada. As ações garantidoras desta conformidade estão associadas ao aumento do uso de materiais reciclados, à diminuição e destinação de Resíduos de Construção e Demolição – RCD, melhorias na eficiência energética, uso racional da água, melhoria da qualidade do ar interno, infraestrutura e saneamento apropriados, redução de desperdícios, durabilidade e adequada manutenção da edificação, utilização de material ecologicamente correto em seus processos, preocupação e cuidado com as espécies (fauna e flora) locais e arquitetura integrada aos valores locais.

A acessibilidade repercute na existência de instalações e equipamentos adaptados e na compatibilização da edificação com as normas de acessibilidade universal. A Legislação e as Normas são constituídas, nos últimos anos, pelos conceitos de Acessibilidade nas edificações, em relação à caracterização de pisos, larguras de passeios, existência de rampas, guarda-corpo, entre outras.

Quanto à conformidade relativa à segurança, em uma visão mais geral, diz respeito ao atendimento às normas e legislação de segurança, que são impositivas às organizações, à existência de dispositivos para responsabilização das gestoras e ao detalhamento de procedimentos.

Entender a segurança na ocupação de instalações prediais significa, portanto, a busca por soluções adequadas e pertinentes aos problemas enfrentados na rotina de suas demandas, partindo da compreensão de conteúdos específicos, com destaque na necessária abordagem relacionada à adequada manutenção, garantidora de condições de ambiência. Este enfoque corresponde ao suporte necessário para a gestão e as tomadas de decisão, que estarão referenciadas em preceitos técnicos e aspectos legais e normativos, que são obrigatórios às Instituições.

Mas, além destes regramentos obrigatórios, para garantirmos a Segurança das edificações a partir de sua conformidade, há os Regulamentos Técnicos, que são disposições administrativas e gerenciais aplicáveis e cuja observância pode tornar-se obrigatória enquanto definição organizacional, e as Normas Técnicas que são instrumentos de resultado de sabedoria, técnicas, métodos e melhores práticas, como as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, da Fundação Jorge

Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, da Associação Mercosul de Normalização – AMN, entre outras.

7.4 Riscos Existentes nos Campi: Amostra do Campus do Vale da UFRGS

Síntese do estudo desenvolvido pelo Conselho de Saúde e Ambiente de Trabalho – CONSSAT UFRGS, como elemento para a criação do Projeto Ambulatório de Primeiro Atendimento no Campus do Vale da UFRGS.

7.4.1 Avaliação dos Ambientes Externos: Passarelas, Vias de Acesso, entre outros

Foram feitas visitas nas áreas mais populosas dos 10 Setores que compõem o Campus do Vale, particularmente em suas áreas externas, vias de acesso e interligações entre os prédios, que são ocupados pelas Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos e de Manutenção da Infraestrutura ligados à Administração Central da Universidade. A diversidade dos fazeres no Campus do Vale tornam complexas as demandas por Segurança e Saúde de sua comunidade, particularmente pela falta de sinalizações em vias de acesso, nas áreas externas às edificações, particularmente em situações de emergências; não há rotas de fuga e os acessos, em sua maioria, não permitem o acesso de caminhões de bombeiro entre as edificações, nos ambientes mais densamente ocupados.

Mas há questões que atingem a segurança e podem levar a acidentes com lesões, como ralos semi abertos e sem sinalização, escadas sem sinalização e com trincas, inexistência de guarda-corpo ou totalmente abertos, passarelas e corredores com sérios riscos estruturais, saídas de emergências inadequadas, porque muitos prédios estão com entradas e saídas fechadas; inexistência de hidrantes em condições operacionais, poucos Coletores pelo Campus, inexistências de bacias de contenção de segurança, em ambientes com produtos tóxicos, combustíveis e outros reagentes perigosos.

7.4.2 Avaliações de Riscos nas Unidades

Foram encaminhadas às COSATs das Unidades e Setores, que operam no Campus do Vale, o Questionário Avaliação das Unidades e Setores - Edificações, Ambientes e Atividades, com retorno de informações por 10 Unidades Acadêmicas e 1 Setor ligado à Administração da UFRGS.

No Quadro 1, são apresentadas as repostas relativas ao atendimento à Legislação Municipal, com relação à:

- existência de Habite-se para ocupação da edificação e Licença Técnica de Inspeção Predial, exigidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA,
- existência Plano de Prevenção e Combate a Incêndio – PPCI e constituição de Brigada de Incêndio, exigidos pela Legislação do Estado do Rio Grande do Sul - RS,
- atendimento às Normas Brasileiras da ABNT,
- atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho relativas à Saúde e Segurança nos ambientes, caracterizados como Riscos Físicos, Químicos, Biológicos, Ergonômicos e de Acidentes, referenciados pela Norma Regulamentadora N.º 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, particularmente com relação aos princípios que devem ser considerados no Programa de Gerenciamento de

Riscos, pela Norma Regulamentadora 09 - NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que considera os riscos ambientais por agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes, pela Norma Regulamentadora 15 – NR 15 - Atividades e Operações Insalubres, que trata de ambientes em condições de insalubridade, pela Norma Regulamentadora 16 - NR 16 - Atividades e Operações Perigosas, que trata de ambientes em condições de periculosidade, Norma Regulamentadora 17 NR 17 – Ergonomia, que trata de diretrizes e requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas das trabalhadoras, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente, e pela Norma Regulamentadora 18 - NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, que trata de diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

Constatou-se que há a ocorrência permanente no Campus da Universidade de obras e reformas em diferentes ambientes, na maioria das vezes sem atendimento a requisitos de diagnóstico, de prevenção e para a mitigação de riscos e suas consequências.

O que foi verificado, quanto a esses requisitos, no Quadro 1, é que há uma realidade relatada que as edificações não possuem Habite-se, 1 Unidade Acadêmica referiu ter realizado LTIP, representando 8,3%; com relação a PPCI, 2 Unidades Acadêmicas relataram ter, representando 16,7% das Unidades Acadêmicas; com relação a Brigada de Incêndio, 1 Unidade Acadêmica referiu ter, representando 8,3% das Unidades que responderam o questionário; quanto ao atendimento às Normas Brasileiras da ABNT relativas à existência de Manual de Edificações, Norma ABNT-NBR 5674/1999, e Manual de Operação, Uso e Manutenção da Edificação, Norma ABNT-NBR14037/98, as Unidades não atendem em sua totalidade.

Na verificação da Existência de Riscos abordados pelas Normas Regulamentadoras, 75% da Unidades referem a existência de Riscos Físicos, 66,7% referem Riscos Químicos, 25% referem Riscos Biológicos, 66,7% referem a existência de Riscos Ergonômicos e de Acidentes.

Habite-se	LTIP	PPCI	Brigada de Incêndio	Riscos						
				NBR 14037	NBR 5674	Físicos	Químicos	Biológicos	Ergonômicos	Acidentes
0,0	8,3	16,7	8,3	0,0	0,0	75,0	66,7	25,0	66,7	66,7

Quadro 1: Atendimento à Legislação, Normas e Riscos

No Quadro 2, considerando a Norma Regulamentadora 07 - NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de suas empregadas em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos exigido pela Norma Regulamentadora N.º 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Entre as Diretrizes do PCMSO estão: rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais; subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização; e

subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais.

Verificou-se, conforme relatado, que 8,3% de Servidoras, 41,7% de Trabalhadoras Terceirizadas e 0% (zero) estudante estão envolvidos por um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; com relação à existência de procedimentos definidos para enfrentar incidentes e emergências, verificou-se que, no máximo 25% das Unidades Acadêmicas há capacidade de gestão para identificar, prevenir, atender e mitigar consequências de ocorrências com relação à Saúde e Segurança

PCMSO			procedimentos incidentes e emergências			
Servidores	Estudantes	Terceirizados	Identificar	Prevenir	Atender	Mitigar
8,3	0,0	41,7	25,0	16,7	8,3	25,0

Quadro 2: Programa de Prevenção Médica e Procedimentos de Gestão

No Quadro 3, são transcritas as respostas atribuídas a questões relativas a primeiro atendimento em eventos de incêndio e questões relativas à infraestrutura. O que se observa é que, com relação a sistemas e equipamentos de primeiro enfrentamento a incêndios, as melhores condições registradas apontam que 16,7%, 2 Unidades Acadêmicas, registram que existe esses elementos; com relação à infraestrutura, há o registro que são consideradas boas as instalações físicas e elétricas para 66,7% e 58,3%, respectivamente nas Unidades Acadêmicas.

detecção de incêndio	iluminação de emergência	sinalização de emergência	controle de emergência	rede, alarme e sprinklers de incêndio	Infraestruturas boas		Acessibilidade boa	pára-raios bons
					Físicas	Elétrica		
8,3	8,3	8,3	16,7	16,7	66,7	58,3	33,3	8,3

Quadro 3: Sistemas e Equipamentos de Incêndio, Infraestrutura e Acessibilidade

Destaca-se, além dos riscos apresentados, a realidade do Colégio de Aplicação da UFRGS, que oferece educação básica na modalidade de ensino regular (fundamental e médio) e modalidade Ensino de Jovens e Adultos, atendendo a aproximadamente 650 alunas na faixa etária de 6 à 18 anos no ensino regular e a partir de 18 anos na modalidade EJA, cada um com suas especificidades. No entanto, o Colégio não possui o espaço considerado adequado, ambulatório, para atender estudantes, servidoras e terceirizadas, tampouco recursos necessários para primeiro atendimento, como maca, cadeira de rodas, aparelho de pressão, materiais para curativos e imobilizações.

7.4.3 Propostas Emergenciais para Garantir Saúde e Segurança na UFRGS, UFCSPA e IFRS

- Construção democrática de Política de Saúde e Segurança para a Comunidade Acadêmica

- Incentivo à criação e manutenção das COSAT em todas as Unidades e Setores, com adoção do Formulário de Acidentes e Incidentes em Serviço - FAIS para toda a Comunidade (na UFRGS em acordo com a Portaria 1992, de 19 de maio de 1997, Gabinete da Reitora da UFRGS, e Portaria 3109, de 24 de novembro de 2000, Gabinete do Reitor da UFRGS)

- Estabelecimento de Programa de Gestão de Riscos nas Unidades, Setores e áreas comuns, com a adoção integral das Normas Reguladoras de Segurança e Saúde de Trabalhadoras/ MTE, para promoção da Saúde e Segurança da Comunidade Acadêmica.
- Estabelecimento de Política de Primeiro Atendimento de Saúde e Segurança à Comunidade, em todos os Campi, garantindo procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades desenvolvidas e ambientes, no resguardo da Saúde Coletiva e Individual, Preventiva e Emergencial – em acordo com Resolução RDC nº 50 (ANVISA, 2002), de 21 de fevereiro de 2002
- Criação do Ambulatório do Campus do Vale da UFRGS, com capacidade para atendimentos de cenários de emergências, prevendo os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentadas e abandono e medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude – em acordo com o projeto apresentado no CONSUN, Processo SEI 23078.531164/2023-81
- Criação de Assistência à Comunidade, destacando aspectos relativos à Saúde Mental e Assédio

VIII – BEIRANDO O ABISMO CLIMÁTICO-SOCIOAMBIENTAL⁷

O cenário climático ambiental, a partir dos últimos anúncios das organizações meteorológicas e científicas, é de um muito possível processo irreversível de colapsos, principalmente ligados à elevação da temperatura da atmosfera e dos oceanos.

Nos últimos 10 anos, tivemos os anos mais quentes na Terra. Em 2024, a média de temperatura foi de 1,60C, portanto, acima da meta estabelecida em 2015, de não se ultrapassar 1,50C acima dos níveis pré-industriais (Acordo de Paris). Os níveis de CO₂, além de outros gases de efeito estufa (GEE), já ultrapassam 420 ppm, os mais altos nos últimos 14 milhões de anos. Em 2024, tivemos a maior enchente já vista no Rio Grande do Sul e uma das maiores secas da Amazônia, com queimadas e níveis de fumaça extraordinários e temperaturas extremas atingindo principalmente a saúde de populações de centros urbanos. A saúde dos ecossistemas e das pessoas sofre crescentemente das mesmas causas.

Segundo William Ripple et al. (2024) “estamos à beira de um desastre climático irreversível. Esta é uma emergência global, sem sombra de dúvida. Grande parte da estrutura da vida na Terra está em perigo. Estamos entrando em uma nova fase crítica e imprevisível da crise climática. Por muitos anos, cientistas, incluindo um grupo de mais de 15.000, têm soado o alarme sobre os perigos iminentes da mudança climática impulsionada pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa e pela mudança dos ecossistemas”⁸. (Relatório sobre o estado do clima de 2024: Tempos perigosos no planeta Terra).

⁷ Contribuição do Camarada Paulo Brack

⁸ <https://academic.oup.com/bioscience/article/74/12/812/7808595?login=false>

8.1 Além do clima

As condições socioambientais e a sustentabilidade ecológica não se limitam à Emergência Climática. Vivemos uma polícrise, imersos em mundo de negócios capitalistas concentradores e degradadores, com limites ecológicos em nível mundial sendo ultrapassados. Um grupo de pesquisadores de Estocolmo⁹, liderado por Katherine Richardson (2024), alerta para o fato de que já foram ultrapassados seis limites planetários de resiliência, entre nove principais itens analisados (profusão de substâncias químicas estranhas à natureza, microplásticos, perda de biodiversidade, sobre-exploração de recursos do mar e da terra, excesso de nitrogênio e fósforo e quebra nos ciclos biogeoquímicos de elementos fundamentais da Ecosfera).

Adiciona-se, ao tema ambiental, a desigualdade social também inédita, onde, por exemplo, a parcela de 1% mais rica da população mundial emite GEE em quantidade equivalente a 66% da população mais pobre (5 bilhões)¹⁰. As 10 pessoas mais ricas do Mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo¹¹. No Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiras (60% da população).

O sistema financeiro está por trás do agro e dos demais setores que depredam a natureza, e a torneira da insustentabilidade no Brasil, que investe em muitas formas de economia da destruição, começa pelas dívidas externa e interna forjadas, além do financiamento para a sangria de recursos naturais, via exportação de commodities, a concentração de capital, a violação de direitos aos territórios da sociobiodiversidade e o suprimento de recursos para os países do chamado Primeiro Mundo.

8.2 Agricultura industrial disfuncional e depredadora

A agricultura brasileira é disfuncional, baseada em monoculturas de exportação químico-dependentes, fazendo girar um círculo vicioso de agrotóxicos e outros insumos químicos. No Brasil, já se ultrapassou a quantidade de monoculturas de grãos em mais de 80 milhões de hectares. A área de soja já ultrapassa 48 milhões de hectares, sobre a maioria dos seis biomas brasileiros. O milho vem em segundo lugar em área plantada, alcançando quase a metade da área de soja, em nosso país. A superfície de plantios de feijão e arroz somados alcança cerca de 10% da área de soja, que serve para exportar grão e alimentar animais confinados.

A agricultura é tratada, pelo agronegócio brasileiro, como a “locomotiva da economia”, entretanto desconsidera-se o círculo vicioso das commodities e das monoculturas. Uma apologia a um processo que encobre a concentração de terras, a degradação da natureza e o comprometimento do recurso água e do alimento das brasileiras.

Não há como negar que a agricultura baseada na exportação de grãos, nem sempre para alimentar seres humanos, representa parcela importante do PIB (Produto Interno Bruto) do País. Entretanto, a agricultura industrial gera grande volume de problemas ambientais, principalmente aqueles derivados do uso crescente de agrotóxicos, da perda

⁹ <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/grupo-de-1-mais-rico-emite-igual-quantidade-de-co2-de-66-dos-pobres>

¹¹ <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata>

da biodiversidade e do próprio estrangulamento da diversidade de atividades geradoras de renda, com concentração crescente de terras. Em 2022, o Ibama publicou dados referentes à venda de agrotóxicos no Brasil, totalizando 800 mil toneladas de ingredientes ativos, fazendo girar um comércio de mais de 15 bilhões de dólares.

A FAO admite que a agricultura industrial ou convencional perdeu 75% das variedades da maioria dos 20 tipos principais de alimentos no mundo, entre 1900 e 2000.

Outro agravante é o caso da profusão de queimadas na Amazônia, associadas à retirada de vegetação de muitas regiões do Brasil, trazendo problemas múltiplos, além da elevada quantidade de gases de efeito estufa, atuam no rompimento do ciclo de formação de nuvens de chuva, provenientes da evapotranspiração das florestas

Somos, cada vez mais, reféns de um agronegócio que prioriza a exportação de grãos e de commodities, e inclui as safras no jogo das bolsas de investimento. A reprimarização econômica, incluindo a mineração, gera também tendência de escassez sobre recursos naturais que segue a reboque da lógica da priorização da grande escala da produção e exportação, eixando de produzir alimentos.

8.3 O tema da Margem Equatorial

O petróleo tornou-se o principal produto de exportação do Brasil, gerando comércio de 44 bilhões de dólares em 2024. A polêmica do processo de licenciamento para pesquisa de petróleo na Foz do Amazonas, ou Margem Equatorial, foi um dos temas mais falados no mês de fevereiro de 2025. O presidente Lula, em visita ao Amapá, criticou o que ele considera como demora nas licenças para a Petrobrás realizar pesquisas de petróleo em nossos mares. Lula citou o termo *lenga-lenga*, como forma de dar um recado ao Ibama diante de seu descontentamento pela não concessão, até o momento, de licenças para pesquisas a petróleo naquela região. O assunto requer ser tratado de forma mais profunda, evitando-se também conflitos fratricidas entre os setores progressistas de esquerda, desde os desenvolvimentistas até as ambientalistas decrescentistas.

Uma ala desenvolvimentista do governo federal do Brasil e de políticos alinhados, ou mesmo dos adeptos do chamado desenvolvimento sustentável, assume uma postura negacionista quanto à incompatibilidade do modelo capitalista, energívora por essência, e que não tolera restrições ou limites a seu processo de crescimento ilimitado em um planeta finito.

Podemos destacar que a raiz maior dos problemas é a obsessão pelo crescimento econômico. Segundo um dos autores do livro “Decrescimento: vocabulário para um novo mundo”, Felipe Milanez, “não há como discutir o projeto político do Brasil, enquanto país e Estado-nação, sem enfrentar a ideia fundamental do crescimento. Esse que sempre é implementado a partir do uso abusivo e extensivo dos recursos naturais, tidos como fundamento exportador da economia”.

Segundo o ecossocialista e analista ambiental do ICMBio, Maurício Laxe, em artigo de junho do ano passado, hoje ainda perdura “um grave processo de sucateamento dos órgãos ambientais, inclusive com garrotes tanto financeiros quanto funcionais, os quais foram iniciados no governo anterior.” Segundo Laxe, “no campo político-administrativo, a gestão das águas e o saneamento básico ainda se mantêm pulverizados em diferentes estruturas públicas na União e nos estados. Por que persistem com tais distorções,

mesmo depois de décadas da aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente, integrada à de Recursos Hídricos? Inexplicavelmente, continuam dissociando o gerenciamento desse recurso essencial à vida humana da própria gestão ambiental, para alegria dos que querem tratar a água como uma mercadoria, como sempre fez a direita.”

No Brasil, estamos distantes do debate necessário sobre temas como decrescimento econômico, descentralização, desmercantilização da vida, dos territórios e associados muitas vezes à privatização dos serviços essenciais, como água e saneamento. Apesar de possuímos uma Constituição Federal que garante o direito ao meio ambiente equilibrado, em seu Art. 225, vimos a destruição dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e do papel social da propriedade, também defendidos por nossa Carta Magna.

Para superar este cenário, é preciso mudar o modelo, com uma postura anti-práticas capitalistas, fortalecendo as comunidades, os sindicatos, as estudantes, as comunidades tradicionais, etc. O Brasil possui milhares de espécies alimentícias nativas que poderiam contribuir, também via agroindústrias, para a melhoria da economia e da qualidade de vida de nossa população. As comunidades rurais poderiam desenvolver produtos com base nas plantas nativas diversas de cada bioma do Brasil, junto com reforma agrária, agroecologia e sociobiodiversidade. As mudanças são fundamentais para um rumo de limite à propriedade em uma economia não capitalista. As técnicas de produção devem ser mais sustentáveis do ponto de vista da Ecosfera, porém o eixo estruturante da mudança abarca uma articulação política de vidas mais autônomas, dentro de uma perspectiva ecossocialista. Entretanto o cenário requer a construção de mecanismos de quebra de todas as formas de exploração da natureza e dos seres humanos.

IX - DISPUTANDO POLÍTICAS DE VIDA NA UFRGS, UFCSPA E IFRS

Temos amplas pautas construídas ao longo dos anos na FASUBRA e nos Sindicatos de Base, tendo por centro nas últimas décadas o Projeto “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”, e buscado avançar de forma objetiva desde o primeiro governo de Lula na construção do nosso Acordo Coletivo do governo federal com Servidoras, mas ainda em disputas de projeto que nos mantém sem instrumentos de Negociação Coletiva até a manutenção de estruturas verticalizadas e que não servem aos interesses da maioria do povo. Nesse tempo, vimos também buscando construir em nossas Instituições de Ensino processos de Relação de Trabalho e de concepção de Universidade Pública, entre eles:

- Criação de Comissões Permanentes de Negociação com as Administrações das IFE, base do Sindicato
- Democratização política das estruturas das Instituições a partir de Assembleias das Comunidades e revisões estatutárias
- Manutenção e criação de Creches Comunitárias
- Consolidação de Políticas de Pessoal que atendam as demandas das Relações de Trabalho, destacando Gestão e Organização do Trabalho e 30 horas, sem registro de ponto eletrônico, com controle de assiduidade negociado com as Administrações das IFE

- Reformas estruturais e estatutárias
- Representações igualitárias em Conselhos, entre outras.

No entanto, três grandes pilares de sustentação funcional das Instituições de Ensino Superior devem também ser priorizados: Ecologia e Política Ambiental, Saúde e Segurança e Infraestrutura e Manutenção.

9.1 Ecologia e Política Ambiental: o Ambiente, a Comunidade e a Humanidade

“A crise ecológica, mais do que qualquer outra crise que nos afeta hoje, altera radicalmente o nosso senso de urgência, porque acarreta no colapso das condições físicas e materiais que tornam a vida possível. Essa crise, assim como as outras, é principalmente produzida pelo sistema capitalista. Fatores da Grande Aceleração, desde o aquecimento global à perda de biodiversidade, estão atrelados à insustentabilidade do modo de produção. E esses fatores não podem ser detidos pelas soluções apresentadas, pois, para manter seu ciclo de acumulação, as empresas demandam cada vez mais da natureza. Hoje, a alternativa verde, que é apresentada por empresas é mais ameaça do que o negacionismo climático padrão. Parece racional reconhecer o consenso científico acerca das mudanças climáticas, no entanto esconder o papel do sistema nessa crise também é anticientífico. Sua deturpação das mudanças climáticas como um problema que pode ser manejado sem intervenção severa no modo de produção conduz a falsas soluções e é, em si, um tipo de negacionismo. As soluções arranjadas se dirigem a algumas questões críticas, mas apenas na medida em que são compatíveis com o objetivo final de gerar lucro. Mudar apenas a maneira de se comprar bens não soluciona o problema. Mecanismos de compensação de carbono têm permitido que grandes poluidoras sigam poluindo enquanto outras empresas conseguem grandes lucros ao reduzir algumas de suas emissões. Carteiras de investimento bilionárias valorizam métodos de geoengenharia que não são comprovados em grande escala e que podem ter sérias implicações éticas e biológicas. Não se pode simplesmente substituir o que usamos como fonte de energia da indústria e da produção de bens e serviços atual por uma alternativa renovável, porque os recursos da Terra são finitos. É necessário fazer ajustes de quantidade e qualidade, e a distribuição desigual é uma questão.

Os sistemas de produção e consumo precisam avançar para que a vida possa continuar; porém, as condições políticas vigentes não apontam para soluções que sejam radicais e rápidas o suficiente para confrontar a crise ecológica com o antídoto perfeito. Nós enfrentamos as ameaças imediatas da reorganização das forças de direita e fascistas – incluindo os ecofascistas – e o crescimento da dominância do capitalismo verde. À medida que nos organizamos para combater essas ameaças, nosso trabalho também é identificar e engajar em possíveis caminhos de ação que possam lidar com distintas coisas ao mesmo tempo.” Sabrina Fernandes / Rumo ao século 22

9.1.1 Proposta de Política Ambiental para a UFRGS, UFCSA e IFRS

A Política Ambiental, a ser concebida, deve ter como pressuposto o Imperativo Ecológico; melhor dito, deve dispor da imposição dos requisitos ambientais sobre todas as ações de gestão das Instituições.

Dessa forma, ações devem ser impositivas nas definições políticas da gestão:

- Reimplantação da Coleta seletiva nas IFE a partir de organizações de catadoras e reciclagem dos municípios envolvidos e suas prefeituras.
- na comunidade, é necessária a definição de programas de Educação Ambiental acadêmicos e nas Relações de Trabalho;
- a Internalização de uma Política Ambiental e a Consolidação da Consciência Coletiva, estratégias para a afirmação de uma política ambiental, somente acontecerão se a Educação estiver sustentada em:
 - Considerar estudos desenvolvidos a respeito da previsão de ocupação dos Campi;
 - Admitir a Legislação como piso, elemento estratégico das esferas de poder público - Política Nacional de Meio Ambiente;
 - Priorizar do Saneamento Básico como ação aglutinadora e de promoção da política, garantindo o Esgotamentos Pluvial e Cloacal em acordo com a legislação;
 - Estabelecer inter-relação com os demais Programas da IFE.

A política ambiental não deve apenas se internalizar e sim abranger outras instituições e organizações da sociedade que a Universidade se relaciona direta e/ou indiretamente. Assim, esse conjunto de ações que norteará a gestão ambiental estará inserida na essência da missão universitária, alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão, que visa “propiciar ao indivíduo, através da produção, sistematização e socialização dos diferentes saberes, a ampliação e o aprofundamento de sua formação, para através da reflexão crítica, buscar a construção de uma sociedade sustentável, comprometida com a melhoria contínua e a prevenção da poluição”.

Mais que isso, as administrações das IFE devem comprometer-se com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental, adotando procedimentos e práticas que visem a prevenção de impactos ambientais negativos, em conformidade com os requisitos legais, gerando alternativas que propiciem a sustentabilidade da comunidade universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural através de uma política pedagógica ambiental. Isso deverá se refletir na sensibilização e conscientização dos indivíduos pertencentes à comunidade universitária e sociedade em geral, para a percepção de como os aspectos ambientais se apresentam, quais os seus impactos e como afetam o ambiente nos Campi das Instituições. E, a partir daí, estejam capacitados a agir para a sua solução, tendo em vista a melhoria da qualidade desse ambiente.

Na busca pela efetivação desta política, as IFE deverão abrir o leque de relações de serviços com ONG Ambientais, Associações de Moradoras, de Catadoras e de outras organizações que já apresentam trabalho e experiência na área ambiental, muitas vezes não formais, mas muito importantes na relação com o meio ambiente.

As empresas prestadoras de serviços e as empresas fornecedoras das IFE também terão que reconhecer e se adequar a esta política, pois será um fator primordial para a manutenção das relações em um futuro que deve ser próximo. As parcerias e convênios das IFE deverão tomar decisões e agirem referenciadas em definições previamente estabelecidas.

9.2 Política de Saúde e Segurança: Uma Exigência, Urgente

Diante da inexistência de uma legislação unificada no Serviço Público em Segurança e Saúde no Trabalho e para a Comunidade Acadêmica, nos mesmos moldes do que ocorre com as trabalhadoras da iniciativa privada, considerando que as IFE são estratégicas para o Estado, com comunidades de centenas de milhares de pessoas, justifica-se pelas Relações de Trabalho e pela Segurança e Cidadania a regulamentação e o estabelecimento de norma que garanta a prevenção e mitigação de doenças e acidentes nos ambientes das IFE, a partir da adoção das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Necessário, também, que sejam observadas as normativas nacionais, estaduais e municipais, além de normas complementares, e que sejam atendidos os requisitos para que as ocupações nos ambientes e edificações sejam também seguras e em conformidade.

9.3 Infraestrutura e Manutenção: Confiabilidade e Disponibilidade Contínua e Segura

Manutenção é um processo que circula por todas as nossas Instituições e não se restringe à função ou ao ato de manutenção para garantir os objetivos institucionais das IFE. Essa manutenção é um processo que abrange diferentes setores e em diferentes níveis da estrutura das IFE - Planejamento, Finanças, Almoxarifado, Pró-Reitorias, sendo necessário que se compreenda a atividade como um processo que interage e se integra às demais funções e atividades das Instituições para cumprir alcançar seus objetivos.

Há nas IFE desníveis no que diz respeito à demanda por manutenção se comparada à capacidade, ao atendimento a esta demanda e ao desempenho da atividade de manutenção. O passivo existente, devido à falta de investimentos, a não destinação de recursos necessários para atender as demandas do cotidiano e a desconsideração da manutenção na expansão das IFE desde o REUNI, têm comprometido a disponibilidade e a confiabilidade sistêmica das Instituições, bem como a efetividade da manutenção oferecida, necessárias ao melhor desempenho acadêmico buscado.

Mas a diversidade dos processos desenvolvidos dificulta a atividade de manutenção pela ampla gama de tarefas a serem executadas pelo Setor de Manutenção. Além disto, a terceirização de funções e a contratação de novas especialidades, necessárias, mas não construídas estrategicamente e sem apropriação de estruturas de gerenciamento pelas IFE, reduziram a capacidade técnica da manutenção. Outros elementos compõem o rol de dificuldades enfrentadas pelos setores de manutenção das IFE:

- expansão e ampliação dos ambientes e das comunidades universitárias, onde se tem a expectativa de que dobraram suas áreas construídas nas últimas duas décadas;
- grande redução do número de Servidoras, pela extinção de cargos e não substituição nos casos de aposentadoria e óbito;
- não capacitação e atualização das Servidoras das funções de manutenção para as novas tecnologias e técnicas de manutenção;
- idade média das Servidoras da manutenção, hoje próxima há 50 anos, com mais de 25 anos de exercício profissional, em média, em atividades de esforço físico;
- inexistência e insuficiência de capacidade técnica para atender às demandas;-

- mudanças tecnológicas e ampliação da diversidade dos processos acadêmicos.

Como resultado, o momento em que se encontra a manutenção exige Planejamento no curto e médio prazos, que serão responsáveis por alterar o escopo inicial desta Política de Manutenção a ser concebida, de garantir a manutenção da infraestrutura, para chegar ao escopo futuro de melhoramento da manutenção existente e gerenciamento da Manutenção de todos os processos das IFE. Segundo estudos da Associação Brasileira de Manutenção, a definição organizacional de uma Política de Manutenção se justifica já que a Manutenção Corretiva tem um custo quatro vezes maior que o da Manutenção Planejada e que repercute em um custo que chega a vinte por cento do valor dos ativos em um ano, considerando substituições desnecessárias. O método e a forma adotada para que este Planejamento seja realizável são tão importantes quanto os objetivos buscados, visto que se trata de um processo de acúmulo e de alterações de comportamento em um ambiente que exige uma cultura de mudanças.

Os Paradoxos relativos a tempo, custo e desempenho devem ter novos paradigmas e deverão ter análise permanente de desenvolvimento, entendendo os desafios que deverão ter atenção na implantação de uma Política de Manutenção. A Qualidade da Gestão da Manutenção deverá ser permanentemente avaliada, como todas as ações previstas no Plano de Ação, que deverá garantir a Sustentabilidade do Planejamento e a Eficiência das Melhorias, verificando principalmente:

- Requisitos Legais – Normas, Melhores Práticas, ...
- Cumprimento das Diretrizes Institucionais
- Adoção das Metas Estratégicas
- Implantação do Plano da Ação
- Variabilidade dos Indicadores

Com relação à Gestão desejada, a Política de Manutenção deve buscar:

- Implementar ações para atingir os resultados planejados e a melhoria contínua
- Estabelecer, documentar, implementar e manter a Gestão da Manutenção
- Identificar os processos necessários para a Gestão da Manutenção
- Gerenciar os processos de acordo com as Normas
- Controle de processos terceirizados
- Determinar os critérios e métodos para assegurar a operação e o controle dos processos
- Assegurar a disponibilidade de recursos e informações para à operação e à monitoração dos processos

9.3.1 Propostas para Infraestrutura e Manutenção

Condutas centrais a serem adotadas pela UFRGS, UFSPA e IFRS:

- Construção democrática da reestruturação dos Setores de Infraestrutura e de uma Política de Infraestrutura e Manutenção para as IFE, a partir do Projeto Manutenção Criativa: Uma Estratégia Institucional para Garantir a Continuidade dos Processos

Acadêmicos da UFRGS, premiado e reconhecido como de alta efetividade pela Associação Brasileira de Manutenção, em 2005

- Formação em Manutenção para Servidoras, de todos níveis hierárquicos e funções de Infraestrutura e Manutenção, e adoção de referências técnicas para novos contratos de terceirização por disponibilidade e serviços

- Administração da Infraestrutura a partir do atendimento das Normas relativas à Infraestrutura e Manutenção da Associação Brasileira de Normas Técnicas, particularmente a NBR 5462 – confiabilidade e mantenedibilidade, NBR 5674 – manutenção de edificações - procedimento, NBR 14037 – manual de operação, uso e manutenção das edificações – conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação

- Planejamento como ferramenta para investimento e recuperação dos passivos de Infraestrutura

- Estruturação e hierarquização das demandas existentes, a partir da classificação das Infraestruturas, Sistemas e Equipamentos

- Inspeção dos ambientes das IFE, a partir da NBR 16747 – Inspeção Predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento e da Licença Técnica de Inspeção Predial – LTIP, PMPA

- Investimento nos Sistemas de Gestão da Infraestrutura (no caso da UFRGS, projeto criado e implantado em conjunto com o CPD UFRGS em 2005)

X - ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

10.1 Acrescentar Parágrafo Único ao Artigo 3:

O sindicato, enquanto Entidade Sindical, tem por fim, a defesa e representação legal de todos as Trabalhadoras que desenvolvem atividades em regime CLT, na mesma base territorial, sejam contratadas por empresa prestadora de serviços às Instituições de Ensino por processo de Licitação, como também aquelas Trabalhadoras que prestam serviços na forma de contrato direto à Universidade e projetos desenvolvidos pelas Instituições com contrato por Fundações.

10.2 Substituir a Alínea “d”, no Art. 4:

Implementar políticas e ações de promoção e formação cultural, profissional, técnica, cooperativa, de saúde, de lazer e de comunicação para suas sindicalizadas;

10.3 Substituir o caput do Artigo 5:

Art. 5º - A toda servidora Técnica-Administrativa em Educação e trabalhadora em regime CLT, ativa ou aposentada, das Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao MEC, de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada é garantido o direito de filiar-se ao sindicato.

10.4 Substituir a Alínea “e”, no Art. 7:

Comparecer às atividades, reuniões e assembleias convocadas pelo Sindicato, sempre que possível, garantida à comunicação e justificativa da falta às atividades laborais pelo Sindicato.

10.5 Substituir a Parágrafo “2”, no Art. 8:

Poderá ser criada pelo Conselho de Representantes uma Comissão de Ética, que aprofundará a análise do ocorrido e apresentará proposta de penalidade ou não ao Conselho de Representantes.

10.6 Inserir Parágrafo 2, no Art. 9:

O Conselho de Saúde e Ambiente de Trabalho – CONSSAT/UFRGS tem a função de assessoramento.

10.7 Substituir o caput do Artigo 25:

Art. 25 – A Coordenação é o órgão destinado a dirigir o Sindicato, nos termos deste Estatuto e será composta por dezenove membros e constituída pelas seguintes coordenações

10.8 Substituir a Alínea “C”, do Artigo 25 por:

Coordenação de Educação e Formação Política, Sindical e Profissional;

10.9 Substituir a Alínea “”, do Artigo 25 por:

Coordenação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Trabalhadora;

10.10 Acrescentar a Alínea “i” ao Artigo 25 :

Coordenação de Diversidade e Combate às Opressões

10.11 Incluir Artigo no Capítulo IV:

Coordenação de Diversidade e Combate às Opressões, com as competências definidas no IV CONASSUFRGS

10.12 Inserir Alínea “c”, no Art. 29:

Promover a formação cultural, profissional, técnica, cooperativa, de saúde, de lazer e de comunicação

10.13 Substituir o Artigo 30 por:

Art. 30 – A Coordenação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Trabalhadora terá a competência de:

- a) Promover a política de saúde, ambiente e ecologia e segurança da trabalhadora debatida e definida no SINDICATO e seus fóruns afins;
- b) Promover cursos com este caráter com vistas à formação em saúde, meio ambiente e ecologia e segurança da trabalhadora preventiva e integral das filiadas do SINDICATO.

10.14 Substituição do Artigo 41, para a seguinte forma:

Art. 41 – A Coordenação da ASSUFRGS será eleita obedecendo ao critério de proporcionalidade entre as chapas concorrentes.

§ 1º – A composição da chapa na eleição da Coordenação dar-se-á pela fórmula de proporcionalidade qualificada, obedecendo os seguintes critérios:

- a) Quando a disputa se der entre duas chapas, a minoritária só participará da Coordenação se atingir no mínimo 20% (vinte por cento) dos votos válidos;
- b) Quando a disputa se der entre mais de duas chapas, só se aplicará o critério de proporcionalidade se a soma dos votos das chapas minoritárias atingir 20% (vinte por cento) dos votos válidos, participando da Coordenação, aqueles que obtiverem no mínimo 10% (dez por cento) do votos válidos.

§ 2º – Serão considerados votos válidos para cálculo de proporcionalidade, apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes;

§ 3º – No caso de uma ou mais chapas minoritárias não atingirem o quórum exigido, seus votos serão desconsiderados, estabelecendo-se uma nova proporção no momento da distribuição dos cargos às chapas que cumprirem os requisitos mínimos;

§ 4º – As escolhas dos cargos pelas chapas obedecerão aos seguintes critérios:

- a) Divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa por um, por dois e assim sucessivamente até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade;
- b) O quociente de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito;
- c) A escolha dos titulares de cada Coordenação será feita pela chapa a qual pertence o cargo. As chapas poderão constituir acordo(s) para o preenchimento de cada posição, respeitada a proporcionalidade obtida na eleição, bem como a nominata da chapa;
- d) Ao longo da gestão, as chapas eleitas poderão promover trocas entre coordenadores e coordenações a fim de adequações que se fizerem necessárias, a partir dos Suplentes da Chapa inscrita que não assumiram a Coordenação.
- e) Em caso de empate na pontuação, escolhe primeiro a chapa que obteve maior número de votos no conjunto da votação.

§ 5º – As eleições de que trata este artigo serão realizadas no mês de junho, a cada 03 (três) anos.

§ 6º – Em virtude de força maior e alto interesse da categoria, excepcionalmente as eleições poderão ser realizadas em outra data que não a de que trata o parágrafo anterior. Para tanto, a nova data deverá ser referendada pelo Conselho de Delegados e Assembleia Geral.

§ 7º – Deverá ser garantida, na inscrição de Chapa, a igualdade de Gênero e de Raça entre seus integrantes.

10.15 Acrescentar Artigo ao Título VII, das Disposições Gerais e Transitórias

As Trabalhadoras da ASSUFRGS Sindicato serão admitidas por meio de seleção amplamente divulgada e organizada por uma Comissão paritária composta por representantes do Conselho de Representantes e da Coordenação

Parágrafo Único: A demissão de Trabalhadora da ASSUFRGS será avaliada por Comissão paritária composta por representantes do Conselho de Representantes e da Coordenação, que emitirá Parecer.